



MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS

E

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

DA VITRU EDUCAÇÃO S.A.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026

27 de março de 2026

ÍNDICE

1.	OBJETO E CONVOCAÇÃO	3
2.	INFORMAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA.....	4
3.	VOTO MÚLTIPLO	8
4.	INFORMAÇÕES SOBRE PEDIDO DE INSTALAÇÃO DE CONSELHO FISCAL	8
5.	JORNAL DE PUBLICAÇÃO	8
6.	PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	9
	ANEXO I - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES	15
	ANEXO II - PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	66
	ANEXO III - PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....	71
	ANEXO IV - INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AOS CARGOS DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	117

1. OBJETO E CONVOCAÇÃO

Prezados(as) Senhores(as) Acionistas,

A administração da **Vitru Educação S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Tenente Negrão, nº 100, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04530-030, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ**”) sob o nº 20.512.706/0001-40, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) como companhia aberta, na categoria “A”, sob o código 02705-7 (“**Companhia**”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das S.A.**”), da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM nº 80/2022**”) e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM nº 81/2022**”), vem apresentar a V.Sas. este manual para participação dos acionistas e a proposta da administração (“**Manual e Proposta**”), visando a orientar a participação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2026, às 09:00 horas, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia (“**Assembleia**” ou “**AGO**”), bem como a proposta da administração a ser submetida à deliberação da Assembleia (“**Proposta**”).

Em atenção aos melhores interesses da Companhia, a administração da Companhia submete ao exame, discussão e votação da Assembleia as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria e Riscos;
- (ii) apreciar o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (iii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (iv) aprovar o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026;
- (v) fixar em 9 (nove) o número de membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato; e
- (vi) aprovar a eleição e a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, de maneira que os Senhores Acionistas, observados os respectivos prazos e procedimentos, poderão participar e votar na Assembleia por meio de sistema eletrônico para participação a distância. Ressalta-se que, em virtude da realização exclusivamente por meio de sistema eletrônico, não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia.

Orientações e procedimentos de participação na Assembleia e de votos, assim como a data, local e matérias a serem deliberadas, estão explicitadas a seguir neste documento.

A Companhia informa que decidiu realizar a AGO de forma exclusivamente digital. Esta decisão foi motivada pela busca por inovação e pela adaptação às novas tecnologias, permitindo uma participação mais ampla e acessível para todos os acionistas, independentemente de sua

localização geográfica. Além disso, o formato digital proporciona economias significativas de tempo e recursos, ao mesmo tempo que mantém a segurança e integridade de todo o processo. A Companhia está comprometida em garantir que todos os participantes tenham acesso às mesmas informações e oportunidades de participação que teriam em um encontro físico.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Data e Horário de Realização

Neste ano, a Assembleia da Companhia será realizada no dia 29 de abril de 2026, às 09:00 horas.

Quórum de Instalação

As matérias constantes da ordem do dia, em sede de Assembleia Geral Ordinária, poderão ser deliberadas, em primeira convocação, se presentes acionistas representando, no mínimo, um quarto do capital social votante da Companhia, nos termos do artigo 125, caput, da Lei das S.A.

Esclarecemos que, caso qualquer dos quóruns de instalação acima não sejam atingidos em primeira convocação, ocorrerá nova convocação, por meio de edital a ser publicado com, no mínimo, 8 dias de antecedência, nos termos do artigo 124, §1º, II, da Lei das S.A.

Em segunda convocação, a Assembleia instalar-se-á com a presença de qualquer número de acionistas.

Quórum de Deliberação

Nos termos do artigo 129 da Lei das S.A., as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Acesso ao Sistema Eletrônico de Participação e Votação a Distância

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico de participação a distância (“**Plataforma Digital**”).

Os acionistas que desejarem participar da Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/056911186>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 27 de abril de 2026, inclusive) (“**Cadastro**”). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista estará habilitado para acessar a plataforma por meio do login e senha utilizados no Cadastro.

A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo indicado:

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador	X	X	X
CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal ⁽¹⁾	X	X	X

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ⁽²⁾	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso ⁽²⁾	X ⁽³⁾	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

(1) Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida;

(2) Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

(3) No caso de representação por procurador.

No caso de procurador ou representante legal, deverá realizar o Cadastro com seus dados no endereço <https://assembleia.ten.com.br/056911186>. Em seguida, deverá prosseguir pelo mesmo acesso criado no link acima, com o Cadastro de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O procurador ou representante legal que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia.

Caso o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores, por meio do e-mail ir@vitru.com.br, com até 1 hora de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário.

Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia na forma e prazos previstos acima.

Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato pelo e-mail ir@vitru.com.br.

Em cumprimento ao artigo 28, §1º, II, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia.

A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do equipamento do

acionista com a Plataforma Digital) que dificultem ou impossibilitem a participação de um acionista na Assembleia.

Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do artigo 47, §1º, da Resolução CVM nº 81/2022.

Acionistas Representados por Procuradores

A administração da Companhia sugere que, na impossibilidade de participação direta, V.Sa. confira poderes para um procurador participar e votar em seu nome relativamente às matérias objeto da Assembleia Geral.

Para participação por meio de procurador, o instrumento de procuração devidamente regularizado na forma da lei deverá ter sido outorgado há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafo 1º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“**Código Civil**”), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.

Vale mencionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM nº RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista, advogado ou instituição financeira.

Quando o acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia Geral, conforme procedimentos descritos acima.

Boletim de Voto a Distância

Além do sistema eletrônico de participação e votação à distância, a Companhia adotará, também, o sistema de votação à distância por meio do Boletim de Voto à Distância, em linha com o disposto na Resolução CVM nº 81/2022 (“**BVD**”).

Nesse sentido, os acionistas que desejarem realizar a votação por meio do BVD poderão encaminhar suas instruções de voto em relação às matérias da Assembleia por uma das opções abaixo descritas:

I. Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas aos seus respectivos agentes de custódia:

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas na B3. Nesse caso, o voto por meio do BVD será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelas instituições e/ou corretoras responsáveis pela custódia das referidas ações.

O acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto por meio do BVD deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto à instituição e/ou corretora (agente de custódia) que mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esses últimos que, na sequência, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do BVD é facultativa aos agentes de custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

A Companhia informa que caso seu respectivo agente de custódia não preste o referido serviço, o acionista terá a opção de enviar seu BVD e documentos aplicáveis diretamente à própria Companhia, conforme descrito no item III a seguir.

II. Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas ao agente escriturador das ações de emissão da Companhia (BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM).

Neste caso, o acionista deverá transmitir a instrução de voto ao agente escriturador das ações de emissão da Companhia (BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM) observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo agente escriturador, conforme abaixo:

- Acionistas com posição acionária em livro escritural deverão entrar em contato com o escriturador pelo e-mail escrituracao.acao@btgpactual.com para atualizar o cadastro e receber as instruções completas.
- Acionistas com posição acionária em instituição custodiante/corretora: deverão verificar os procedimentos estabelecidos pela instituição custodiante da ação para o envio da instrução de voto, conforme indicado no item I acima; e
- Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição: a instrução de voto deverá ser enviada para apenas uma instituição, sendo que o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista.

Em caso de dúvidas, o acionista poderá entrar em contato com o atendimento ao acionista do agente escriturador através do seguinte e-mail: escrituracao.acao@btgpactual.com.

III. Mediante encaminhamento de sua orientação de voto diretamente à Companhia, o acionista poderá realizar o envio de sua orientação de voto através do BVD, via plataforma.

O acionista deverá acessar ao endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/056911186>, cadastrar-se com as documentações necessárias conforme tabela abaixo. Após essa etapa, deverá preencher os campos de opções de voto e confirmá-los.

Documentos necessários:

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador	X	X	X
CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (1)	X	X	X

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ⁽²⁾	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso ⁽²⁾	X ⁽³⁾	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

(1) Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida;

(2) Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

(3) No caso de representação por procurador.

Caso o acionista, após a transmissão da instrução de voto ou envio do BVD, opte por participar da Assembleia virtual (pessoalmente ou por procurador), a instrução de voto mediante BVD poderá ser desconsiderada, caso solicite exercer o voto por meio do sistema eletrônico de votação a distância antes do início da votação da primeira deliberação da Assembleia.

IV. Mediante instruções de voto transmitidos pelos acionistas ao depositário central por meio do canal “Área do Investidor B3”

O acionista titular de ações depositadas na B3, depositário central, que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá fazê-lo, alternativamente, mediante instruções de voto por meio do canal “Área do Investidor B3”, acessando o *website* da B3 (<https://www.investidor.b3.com.br/login>), aba de serviços e, em seguida, entrar em “Voto a distância”, onde poderá votar e consultar seus votos em assembleias.

3. VOTO MÚLTIPLO

Nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5%, devendo essa faculdade ser exercida pelos Acionistas em até 48 horas antes da AGO, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei das S.A.

4. INFORMAÇÕES SOBRE PEDIDO DE INSTALAÇÃO DE CONSELHO FISCAL

Nos termos do art. 5º, I-A da Resolução CVM 81/2022, a Companhia informa aos Srs. Acionistas que não há Conselho Fiscal instalado na presente data e que a instalação poderá ser requerida por acionistas que representem 2% do total de ações da Companhia com direito a voto (art. 161, §2º, da Lei das S.A e art. 4º da RCV 70). Uma vez instalado o Conselho Fiscal, proceder-se-á à eleição de seus membros.

5. JORNAL DE PUBLICAÇÃO

A Companhia reitera e avisa aos seus acionistas que as publicações ordenadas pela Lei das S.A. passaram a ser realizadas no jornal “Folha de S. Paulo”, em razão da alteração da sede social da Companhia para a Cidade de São Paulo, a qual foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2025, e conforme constou no item 4, subitem “vii”, da respectiva Proposta da Administração.

6. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia apresenta à Assembleia suas propostas sobre as matérias constantes da ordem do dia:

(i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria e Riscos.

A administração da Companhia propõe que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do relatório da administração e do parecer do Comitê de Auditoria e Riscos, que obtiveram pareceres favoráveis do Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia, conforme divulgado nos websites da CVM e da B3, através do sistema Empresas.NET.

Nos termos do inciso III do artigo 10 da Resolução CVM nº 81/2022, o item 2 do Formulário de Referência consta como **Anexo I** ao presente Manual, o qual contém os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia.

(ii) apreciar o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A administração da Companhia propõe que sejam aprovadas as contas dos administradores, sem ressalvas.

(iii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A administração da Companhia submete à apreciação de V. Sas. proposta de destinação dos resultados, face à apuração de lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 no montante total de R\$ 369.891.328,49.

Nos termos dos artigos 193 e 202 da Lei das S.A. e do artigo 27, (i), do Estatuto Social da Companhia, do referido lucro líquido foi destinada à formação da reserva legal a importância de R\$ 18.494.566,42, correspondente a 5% do lucro líquido.

Em conformidade com o artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório, correspondente a 1% do lucro líquido ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, é R\$ 3.698.913,28.

Em resumo, a administração da Companhia propõe a seguinte destinação para o lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 369.891.328,49, nos termos a seguir:

1. R\$ 18.494.566,42, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício social, destinado à formação da reserva legal da Companhia, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A.;
2. R\$ 3.698.913,28, correspondente ao pagamento de dividendos aos acionistas;
3. R\$ 347.697.848,79, para a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimentos”, nos termos do Artigo 27, (iv), do Estatuto Social.

Os dividendos propostos a serem declarados na Assembleia, caso sua declaração seja aprovada, serão pagos às pessoas que constarem como acionistas da Companhia conforme posições acionárias no encerramento do pregão da B3 do dia 30 de abril de 2026 (data-base), respeitadas as negociações realizadas até esse dia, inclusive. As ações da Companhia serão negociadas “*ex-dividendos*” a partir do dia 4 de maio de 2026, inclusive. Os dividendos declarados na Assembleia serão pagos em 18 de junho de 2026.

Os valores a serem declarados como dividendos não estarão sujeitos a atualização monetária ou remuneração entre a data de declaração e de efetivo pagamento. Os dividendos serão tributados de acordo com o artigo 10 da Lei nº 9.249/95, conforme alterada pela Lei 15.270/25.

As informações exigidas pelo artigo 10, parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM nº 81/2022, referentes à proposta de destinação do lucro líquido, estão no **Anexo II** à presente Proposta.

(iv) aprovar o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026.

De acordo com o artigo 152 da Lei das S.A., a Assembleia deve fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

(a) Valor global da remuneração

Para o período entre 1º de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2026, a Companhia propõe o montante de R\$ 29.300.514,25 como limite para a remuneração global dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a sua distribuição entre a Diretoria e os membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 11, (ii) e artigo 12, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia.

O limite do valor global de remuneração da administração proposto compreende a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia, incluindo remuneração fixa e variável (máxima), direta e indireta, assim como benefícios de qualquer natureza e os montantes a serem reconhecidos no resultado da Companhia em decorrência da remuneração baseada em ações da Companhia. Vale esclarecer, ainda, que montante proposto não considera tributos e contribuições para a previdência social oficial que sejam ônus da Companhia.

(b) Valores a serem destinados por órgãos

Subordinado à efetiva deliberação do Conselho de Administração distribuindo a remuneração entre os órgãos, estima-se a atribuição do montante global de: (i) até R\$25.960.881,85 para a Diretoria; e (ii) até R\$ 3.339.632,40 para o Conselho de Administração.

Comparação da remuneração proposta neste exercício com a remuneração realizada no exercício anterior

O quadro a seguir apresenta as diferenças entre a proposta de remuneração deste exercício e a remuneração do exercício anterior.

Diferença – Valores da proposta atual e da realizada no exercício anterior:			
Órgão	Valores 2025 Realizados	Valores 2026 Propostos	Motivos
Diretoria	R\$23.990.712,93	R\$25.960.881,85	A variação observada decorre, principalmente, (i) do fato de que o plano de incentivo de longo prazo baseado em ações da Companhia (ILP) foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2025, de modo que, no exercício de 2025, seus efeitos foram refletidos apenas de forma parcial. Para o exercício de 2026, a projeção considera o impacto do plano em base anual integral (ano cheio); e (ii) do Hiring bônus referente a contratação de VP, em substituição ao José Aroldo Alves Junior que foi movimentado para a posição de CEO.
Conselho de Administração	R\$2.294.161,49	R\$3.339.632,40	Ajustes na remuneração para atualização e adequação ao praticado no mercado.

Informações adicionais sobre remuneração. As informações sobre a remuneração dos administradores na forma da seção 8 do Formulário de Referência, conforme previsto no artigo 13 da Resolução CVM 81/2022, constam do **Anexo III** à presente Proposta.

(v) Fixar em 9 (nove) o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato

Nos termos do caput do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo 4 e, no máximo, 11 membros efetivos, todos eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

A Administração propõe que o número de membros do Conselho de Administração seja fixado em 9 membros efetivos e que a eleição seja realizada por sistema de voto majoritário, por chapa ou voto múltiplo, caso requerido.

(vi) aprovar a eleição e a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Membros Indicados

Nos termos do §3º do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

A administração da Companhia indicou a chapa composta pelos seguintes candidatos para o Conselho de Administração, com mandato até a assembleia geral ordinária que vier a examinar, discutir e votar a respeito das contas dos administradores e das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2027.

A Administração, por meio da chapa ora proposta, recomenda a recondução do mandato dos atuais membros do Conselho de Administração indicados nos itens (a) a (h) abaixo, e a eleição do candidato indicado no item (i) abaixo, para o mandato vigente, estando mantidas as demais

condições de elegibilidade e independência aplicáveis, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado e na regulamentação da CVM.

(a) **Edson Gustavo Georgette Peli**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 27.995.057-3, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº 306.500.528-03, com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Tenente Negrão, nº 100, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04530-030, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Companhia;

(b) **Wilson De Matos Silva**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 557.281-9, expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF sob o nº 013.439.989-72, com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Tenente Negrão, nº 100, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04530-030, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia;

(c) **Igor Xavier Correia Lima**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 63.326.907-4, inscrito no CPF sob o nº 013.240.566-06, com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Tenente Negrão, nº 100, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04530-030, na qualidade de membro independente do Conselho de Administração da Companhia;

(d) **Claudia Jordão Ribeiro Pagnano**, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 17.942.892-5, expedida pela SSP/SP, e inscrita no CPF sob o nº 137.792.458-09, com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Tenente Negrão, nº 100, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04530-030, na qualidade de membro independente do Conselho de Administração da Companhia;

(e) **Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 4.144.492, expedida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, e inscrito no CPF sob o nº 686.533.286-53, com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Tenente Negrão, nº 100, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04530-030, na qualidade de membro independente do Conselho de Administração da Companhia;

(f) **Catherine Howes Coimbra Thome**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 28.608.150-0, inscrita no CPF sob o nº 145.979.147-90, com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Tenente Negrão, nº 100, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04530-030, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia;

(g) **Felipe Samuel Argalji**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 219748332, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF sob o nº 124.780.027-01, com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Tenente Negrão, nº 100, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04530-030, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia;

(h) **Mariana Moura Wyatt**, brasileira, casada, administradora, portadora da carteira de identidade nº 34.960.566-X, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 315.989.168-23, com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Tenente

Negrão, nº 100, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04530-030, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; e

(i) **William Victor Kendrick de Matos Silva**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº6.501.536-6, expedida SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 030.605.399-36, com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Tenente Negrão, 100, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04530-030, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração, em reunião realizada em 17 de março de 2026, indicaram, nos termos do artigo 15, §4º do Estatuto Social da Companhia, o Sr. Edson Gustavo Georgette Peli, como Presidente, e o Sr. Wilson De Matos Silva, como Vice-Presidente do Conselho de Administração. Tais indicações estão sujeitas à eleição do Sr. Edson Gustavo Georgette Peli e do Sr. Wilson De Matos Silva, como membros do Conselho de Administração, na AGO.

As informações aplicáveis aos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência com relação aos membros do Conselho de Administração ora eleitos, nos termos do artigo 11, inciso I, da Resolução CVM 81, veja o **Anexo IV** desta Proposta.

Caracterização dos membros independentes

Nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, a caracterização das pessoas indicadas ao Conselho de Administração como conselheiros independentes deverá ser deliberada pela Assembleia Geral da Companhia. Os candidatos a membros independentes do Conselho de Administração são: Igor Xavier Correia Lima, Claudia Jordão Ribeiro Pagnano e Rivadávia Correa Drummond de Alvarenga Neto.

A Companhia obteve declaração dos candidatos acima indicados, na qual atestam o atendimento aos critérios estabelecidos na regulamentação aplicável. Além disso, o Conselho de Administração da Companhia emitiu parecer favorável à qualificação dos candidatos indicados acima, de acordo com os critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e no Anexo K da Resolução CVM 80.

Diante do exposto, a Administração recomenda a aprovação da eleição do Sr. Igor Xavier Correia Lima, da Sra. Claudia Jordão Ribeiro Pagnano e do Sr. Rivadávia Correa Drummond de Alvarenga Neto, na qualidade de membros independentes do Conselho de Administração, na forma indicada nos itens “c”, “d” e “e” acima.

Votação por Chapa

Os membros do Conselho de Administração da Companhia indicados poderão ser eleitos por votação majoritária, sendo a proposta desta Administração que tal eleição ocorra por chapa, ou por voto múltiplo, caso requerido.

Voto Múltiplo

A adoção da votação por voto múltiplo ocorrerá caso Acionistas representando ao menos 5% do capital social da Companhia a requererem com 48 horas de antecedência da AGO, conforme estabelecido na Lei das S.A. Na hipótese de adoção do procedimento de voto múltiplo, será divulgado na AGO o número de votos necessários para garantir a eleição de ao menos um membro do Conselho de Administração, com base no número de ações detidas pelos Acionistas participantes. Serão atribuídos a cada ação tantos votos quantos forem os assentos a serem



preenchidos no Conselho de Administração pelo procedimento de voto múltiplo, podendo cada Acionista alocar livremente seus votos entre os candidatos, e sendo eleitos os candidatos que receberem o maior número de votos. Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada Acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.

Voto em Separado

Nos termos do Artigo 141, parágrafo 5º, da Lei das S.A., não haverá votação em separado, uma vez que a Companhia não possui acionistas controladores.

São Paulo, 27 de março de 2026.

EDSON GUSTAVO GEORGETTE PELI
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Informações indicadas na seção 2 do Formulário de Referência (conforme Anexo C da Resolução CVM nº 80/2022 e artigo 10, III da Resolução CVM nº 81/2022)

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

Os diretores da Companhia apresentam neste item 2 do Formulário de Referência informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a evolução do resultado e a situação financeira e patrimonial da Companhia pela perspectiva da Administração. Os diretores da Companhia discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

As informações financeiras contidas neste item, exceto quanto expressamente ressalvado, foram extraídas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“**BRGAAP**”), que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“**CPC**”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “**Normas contábeis IFRS**”).

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um exercício. A Análise Vertical representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os exercícios aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

As informações constantes deste item 2 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://investors.vitru.com.br/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm/pt-br).

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2025, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 69,5 milhões e aplicações financeiras era de R\$ 675,9 milhões e a dívida líquida totalizava R\$ 1.970,1 milhões, com um índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido de 0,67. Em 31 de dezembro de 2024, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 21,6 milhões e aplicações financeiras era de R\$429,0 milhões e a dívida líquida totalizava R\$ 2.226,5 milhões, com um índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido de 0,87. Em 31 de dezembro de 2023, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 13,0 milhões e aplicações financeiras era de R\$ 220,3 milhões e a dívida líquida totalizava R\$ 2.276,3 milhões, com um índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido de 1,01.

Abaixo, a tabela que demonstra o endividamento total consolidado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Dívida bruta ⁽¹⁾	2.715,5	2.677,1	2.509,6
Empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulantes)	2.350,7	2.350,6	2.181,8
Passivos de arrendamento (circulantes e não circulantes)	364,8	326,5	327,8
Caixa e equivalentes de caixa	69,5	21,6	13,0
Aplicações financeiras	675,9	429,0	220,3
Dívida Líquida ⁽³⁾	1.970,1	2.226,5	2.276,3

¹ Corresponde à soma dos saldos de empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento.

² Corresponde a Dívida bruta deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras.

Abaixo, a tabela que demonstra a evolução dos indicadores financeiros acima indicados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

(em R\$ milhões, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Dívida Líquida ⁽¹⁾	1.970,1	2.226,5	2.276,3
Índice de Liquidez Corrente ⁽²⁾	2,23	2,29	0,31

Índice de Endividamento ⁽³⁾	0,52	0,56	0,62
Índice de Rentabilidade ⁽⁴⁾	0,16	0,13	0,06

¹ Corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e passivos de arrendamento, deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras. A Companhia utiliza a dívida líquida para auxiliar na avaliação da capacidade de quitar suas obrigações.

² Corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante nas datas indicadas. A Companhia utiliza o Índice de liquidez corrente para auxiliar na avaliação da capacidade de honrar suas dívidas de curto prazo usando seus ativos circulantes.

³ Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo ativo total. O índice de endividamento não é uma medida de desempenho financeiro segundo a BRGAAP e as Normas Contábeis IFRS. A Companhia utiliza o índice de endividamento para auxiliar no entendimento da dependência de capital de terceiros

⁴ Calculado pela divisão entre o lucro (prejuízo) do período e a receita líquida do período. A Companhia utiliza o índice de rentabilidade para auxiliar no entendimento de sua capacidade de retorno financeiro.

A Dívida Líquida, o Índice de Liquidez Corrente, o Índice de Endividamento e o Índice de Rentabilidade não são medições contábeis reconhecidas pela BRGAAP nem pelas Normas contábeis IFRS, emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”). São utilizadas pela Companhia como medida de desempenho financeiro e de liquidez. Essas medições não possuem significado padrão e outras empresas podem calcular de maneiras diferentes das utilizadas pela Companhia, e não devem ser consideradas isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

Indicadores Financeiros

- **Dívida Líquida**

Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, a dívida líquida da Companhia era de R\$ 1.970,1 milhões, R\$ 2.226,5 milhões e R\$ 2.276,3 milhões, respectivamente. A variação da dívida líquida entre 2023 e 2024 foi decorrente, principalmente, de um menor consumo de caixa operacional em 2024 nas atividades de investimento, em razão da quitação, em 2023, da última parcela da Combinação de Negócios Unicesumar (conforme descrita no item 1.1 deste Formulário de Referência), enquanto a variação da dívida líquida entre 2024 e 2025 foi decorrente principalmente do aumento na geração de caixa operacional e dos rendimentos de aplicações financeiras.

- **Índice de Liquidez corrente**

Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, o índice de liquidez corrente da Companhia era de 2,23x, 2,29x e 0,31x, respectivamente.

A variação do índice de liquidez corrente entre 2023 e 2024 decorreu principalmente da reclassificação das debêntures do passivo não circulante para o passivo circulante, em razão do descumprimento de *covenant* não financeiro não automático verificado em 2023, o não cumprimento da restrição que determinava que a UniCesumar não declarasse, distribísse ou pagasse juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de participação nos lucros, exceto mediante aprovação prévia da assembleia geral de Debenturistas. Em assembleia geral de debenturistas realizada em 22 de julho de 2024, os debenturistas ratificaram e consentiram todas as distribuições de dividendos realizadas previamente, desde a assinatura do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças pela Interveniente Unicesumar. Adicionalmente, com a finalidade de adequação a sua operação, a

Companhia requereu também a realização da alteração da cláusula supramencionada, de forma a adequar a redação à realidade do dia a dia dos negócios da Companhia. A reclassificação das debêntures para o passivo circulante foi revertida nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2024.

A variação do índice de liquidez corrente entre 2024 e 2025 foi decorrente principalmente do valor referente ao vencimento da 1ª parcela de amortização da 3ª emissão de debêntures da Companhia ter sido reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em razão de o vencimento da 1ª parcela de amortização ser em 16 de novembro de 2026.

Para informações adicionais sobre os *covenants* financeiros e a situação de conformidade em 31 de dezembro de 2025, veja o Item 2.1(f)(iv) deste Formulário de Referência.

- **Índice de Endividamento**

Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, o índice de endividamento da Companhia era de 0,52x, 0,56x e 0,62x, respectivamente. A variação do índice de endividamento entre 2023 e 2024 foi decorrente de: (i) em 20 de junho de 2024, a Companhia efetuou a emissão de debêntures no valor de R\$ 850,0 milhões; e (ii) em 23 de dezembro de 2024 a Companhia efetuou a emissão de debêntures no valor de R\$ 1.000,0 milhões, totalizando R\$ 1.850,0 milhões em emissão de debêntures no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 com a finalidade de renegociação da dívida anterior, tornando a mesma mais barata. Por sua vez, a variação do índice de endividamento entre 2024 e 2025 foi decorrente do fato de a geração de caixa da Companhia em 2025 ser superior aos juros incorridos do endividamento, reduzindo o saldo da Dívida Líquida na comparação com o ano anterior.

- **Índice de Rentabilidade**

Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, o índice de rentabilidade da Companhia era de 0,16x, 0,13x e 0,06x, respectivamente. A variação do índice de rentabilidade entre 2023 e 2024 foi decorrente principalmente do reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízo fiscal da Companhia, em razão da expectativa de retorno à lucratividade após a incorporação da Unicesumar, enquanto a variação do índice de rentabilidade entre 2024 e 2025 foi decorrente principalmente da redução das despesas operacionais de 2024 para 2025 e da melhora do resultado financeiro, causada pelo aumento da receita com juros de aplicações e pela redução dos juros apropriados sobre as debêntures. Com base nas informações acima, os diretores da Companhia entendem que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios; e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

(b) Estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada, em sua visão, para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento.

Na visão dos Diretores da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, a Companhia apresentou uma estrutura de capital equilibrada e estável entre capital próprio e

de terceiros, e condizente com as atividades da Companhia, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em		
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Capital próprio			
Patrimônio líquido	2.925,8	2.558,2	2.250,2
Capital de terceiros			
Passivo circulante	506,6	355,3	1.865,8
Passivo não circulante	2.661,4	2.911,8	1.745,2
Total do passivo	3.168,0	3.267,1	3.611,0
Total do passivo e patrimônio líquido	6.093,7	5.825,3	5.861,2
Capital próprio ¹	48%	43,9%	38,4%
Capital de terceiros ²	52%	56,1%	61,6%

¹ O capital próprio corresponde ao quociente da divisão do patrimônio líquido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

² O capital de terceiros corresponde ao passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

Abaixo, esclarecemos as principais razões das variações do capital próprio e do capital de terceiros apresentadas na tabela acima.

- **Capital Próprio**

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 14% ou R\$ 367,5 milhões, passando de R\$ 2.558,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 2.925,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em decorrência do lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 369,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 13,7% ou R\$ 308,0 milhões, passando de R\$ 2.250,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 2.558,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro

de 2024, em decorrência do lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 288,8 milhões.

- **Capital de terceiros**

Em 31 de dezembro de 2025, o total do passivo da Companhia diminuiu 3% ou R\$ 99,1 milhões, passando de R\$ 3.267,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 3.168,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Essa variação decorreu, principalmente, do reconhecimento de ativo fiscal diferido no montante de R\$ 103,3 milhões, gerado pelo aumento do prejuízo fiscal acumulado da Companhia, o que resultou na redução dos passivos fiscais diferidos, apresentado de forma líquida no passivo.

Em 31 de dezembro de 2024, o total do passivo da Companhia diminuiu 9,5% ou R\$ 343,8 milhões, passando de R\$ 3.611,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 3.267,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em decorrência do registro do prejuízo fiscal acumulado na Companhia de períodos anteriores em 2024 no valor de R\$ 289,7 milhões, que resultou na redução dos impostos diferidos, os quais são registrados de forma líquida no passivo.

O padrão de financiamento da Companhia é basicamente composto por empréstimos destinados a operações de refinanciamento ou reforço de caixa.

A Companhia monitora constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros, visando a manutenção de uma relação que propicie maior retorno ao capital investido para os investidores da Companhia sem comprometer sua liquidez, buscando assim a sustentabilidade de seu negócio no longo prazo.

Para informações adicionais sobre o endividamento do Grupo Vitru, vide item 2.1(f) abaixo.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos, devido à sua posição de caixa robusta perante os vencimentos previstos no curto prazo, a alta capacidade de geração de caixa e sua capacidade de levantar novos recursos no mercado, se necessários.

Os índices de liquidez geral¹ e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2025 eram de 1,92 e 2,24, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía R\$ 2.350,70 milhões de empréstimos e financiamentos tomados.

Os diretores da Companhia, com base em análise de indicadores de desempenho e de geração de caixa, bem como ações descritas anteriormente, entendem que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto, médio e longo prazos e os respectivos juros, com recursos provenientes da sua geração de caixa.

¹ Corresponde à soma do ativo circulante e não circulante dividido pelo passivo total.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as necessidades de recursos da Companhia foram financiadas pela sua capacidade de geração de caixa e por meio de recursos de terceiros. Assim, considerando o seu fluxo de caixa, a Companhia acredita que terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos contratados ou previstos pelos próximos 12 meses, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente em caso de materialização de quaisquer dos fatores de risco aos quais a Companhia está exposta.

Não obstante, caso sejam necessários recursos adicionais, a Companhia entende que tem capacidade para captá-los, por meio de empréstimos bancários ou outros financiamentos a serem avaliados e contratados pela Companhia, bem como por meio de outras distribuições públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia, desde que respeitados as condições e os eventos de vencimento antecipados descritos na escritura de emissão das Debêntures. Para mais informações, vide o item 2.1(f)(iv) deste Formulário de Referência.

O cronograma de vencimento das parcelas dos financiamentos e empréstimos da Companhia em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 é o seguinte:

<i>(R\$ milhões)</i>	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024	Em 31/12/2023
Vencimento			
2024	-	-	1.505,2
2025	-	14,0	51,8
2026	132,4	98,5	150,8
2027	518,3	737,5	249,9
2028	837,0	935,7	224,1
2029	630,7	564,9	-
2030	232,3	-	-
Financiamentos e empréstimos - circulante	132,4	14,0	1.505,2
Financiamentos e empréstimos - Não circulante	2.218,3	2.336,6	676,6
Total - Financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante)	2.350,7	2.350,6	2.181,8

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram os empréstimos e financiamentos de terceiros (debêntures), tais como a 3ª, 5ª e 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Companhia e os fluxos de caixa gerados por suas atividades operacionais, conforme descritos no item 2.1(f) abaixo.

A Diretoria acredita que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria entende que as estruturas de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas para financiar seu capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes. Desta forma, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com as estruturas atuais ou futuras dos quais a Companhia pode dispor.

Caso seja necessário captar recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pode utilizar seu acesso aos mercados de capitais e/ou bancário para contratar fontes adicionais de recursos para financiar eventuais aquisições, investimentos em ativos não circulantes ou uma eventual necessidade de capital de giro no curto prazo.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Os empréstimos e financiamentos estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescido dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado ou pelo método da taxa efetiva de juros.

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Dívida bruta ⁽¹⁾	2.715,5	2.677,1	2.509,6

Empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulantes)	2.350,7	2.350,6	2.181,8
Passivos de arrendamento (circulantes e não circulantes)	364,8	326,5	327,8
Caixa e equivalentes de caixa	69,5	21,6	13,0
Aplicações financeiras	675,9	429,0	220,3
Dívida Líquida ⁽²⁾	1.970,1	2.226,5	2.276,3

¹ Corresponde à soma dos saldos de empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulantes) e passivos de arrendamento.

² Corresponde à dívida bruta deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, a dívida bruta da Companhia atingiu o montante de R\$ 2.715,5 milhões, representando um aumento de 1,4% quando comparada a R\$ 2.677,1 milhões, em 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2025, a dívida líquida era de R\$ 1.970,1 milhões, representando uma redução de 11,5% quando comparada a R\$ 2.226,5 em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a dívida bruta da Companhia atingiu o montante de R\$ 2.677,1 milhões, representando um aumento de 6,68% quando comparada a R\$ 2.509,6 milhões, em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2024, a dívida líquida era de R\$ 2.226,5 milhões, representando uma redução de 2,2% quando comparada a R\$ 2.276,3 em 31 de dezembro de 2023.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O endividamento da Companhia (o que inclui o endividamento das Controladas) decorre: (i) das emissões de Debêntures da Companhia; e (ii) dos contratos de arrendamento - direito de uso. Tais operações possuem vencimentos entre 01/01/2026 e 20/05/2042, sendo as principais (e ainda vigentes) descritas abaixo:

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Passivo de arrendamento	364,8	326,5	327,8
Debêntures	2.350,7	2.350,6	2.181,8
Total Empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento (circulante e não circulante)	2.715,5	2.677,1	2.509,6

Debêntures

Em 16 de novembro de 2023, a Companhia realizou a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples no valor total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), com vencimento em novembro de 2028. Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão Pública de

Debêntures Simples - Série Única da Companhia foram destinados (i) prioritariamente para o pré-pagamento da última parcela do financiamento contratado pela Companhia para a aquisição da participação societária da CESUMAR; e (ii) os recursos remanescentes para reforço de caixa da Companhia.

Em 27 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a 5ª Emissão Pública de Debêntures Simples no valor total de R\$ 1.000.000.000,00, (um bilhão de reais) com vencimento em dezembro de 2029. Os recursos líquidos obtidos por meio da 5ª Emissão foram utilizados integral e exclusivamente para a quitação total da 1ª e da 2ª Emissões Públicas de Debêntures Simples da Companhia.

Em 20 de outubro de 2025, a Companhia realizou a 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples no valor total de R\$ 850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de reais) com vencimento em 20 de outubro de 2030. Os recursos líquidos obtidos por meio da 6ª Emissão foram utilizados para pagamento integral da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Companhia. A tabela abaixo representa as debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, bem como suas principais características, sendo certo que os saldos indicados para cada exercício se referem às linhas de empréstimos e financiamentos das demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia:

<i>(em R\$ milhões)</i>					Saldo em 31 de dezembro de		
	Data de Emissão	Vencimento final	Remuneração	Garantia Prestada	2025	2024	2023
1ª Emissão Pública de Debêntures Simples – 1ª Série	17/05/2022	Liquidada	Taxa DI + spread de 2,90% a.a.	Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória (fiança corporativa)	-	-	385,1
1ª Emissão Pública de Debêntures Simples – 2ª Série	17/05/2022	Liquidada	Taxa DI + spread de 3,2% a.a.	Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória (fiança corporativa)	-	-	1.114,7
2ª Emissão Pública de Debêntures Simples – Série única	05/05/2023	Liquidada	Taxa DI + spread de 2,60% a.a.	Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória (fiança corporativa)	-	-	183,0
3ª Emissão Pública de Debêntures Simples – Série Única	16/11/2023	16/11/2028	Taxa DI + spread de 2,45% a.a.	Garantia Fidejussória (fiança corporativa)	502,5	510,7	499,0

4ª Emissão Pública de Debêntures Simples – Série Única	19/06/2024	Liquidada	Taxa DI + spread de 2,00% a.a.	Garantia Fidejussória (fiança corporativa)	-	846,2	-
5ª Emissão Pública de Debêntures Simples – Série Única	27/12/2024	20/12/2029	Taxa DI + spread de 1,75% a.a.	Garantia Fidejussória (fiança corporativa)	997,1	993,7	-
6ª Emissão Pública de Debêntures Simples – Série Única	20/10/2025	20/10/2030	Taxa DI + spread de 1,95% a.a.	Garantia Fidejussória (fiança corporativa)	851,1	-	-
Total	-	-	-	-	2.350,7	2.350,6	2.181,8

Para informações adicionais sobre as debêntures, veja o item 12.3 deste Formulário de Referência.

Passivos de arrendamento

A Companhia e suas controladas possuem diversos imóveis comerciais alugados para sua área administrativa e unidades de ensino. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente, sendo os pagamentos de arrendamentos descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento.

Além dos imóveis comerciais, a Companhia e suas controladas arrendam direitos de uso de máquinas e equipamentos de informática, segundo contratos de arrendamento financeiros não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de acordo com a vigência contratual e a propriedade dos ativos não pertencem à Companhia e suas controladas, os referidos arrendamentos são reconhecidos pelo valor presente líquido da operação.

Os passivos de arrendamento foram aumentados em relação aos pagamentos variáveis do arrendamento que dependem de um índice ou taxa, como resultado de preços de aluguel anuais ajustados contratualmente pela taxa de inflação do mercado índice Geral de Preços do Mercado ou IGP- M.

A tabela abaixo representa o saldo dos passivos de arrendamento (circulante e não circulante) da Companhia e suas controladas com terceiros em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Imóveis comerciais	364,9	326,5	327,8

Máquinas e equipamentos de informática	0,8	-	-
Total Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)	364,8	326,5	327,8

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e na data deste Formulário de Referência, a Companhia não era devedora de qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas existentes em 31 de dezembro de 2025 possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há qualquer relação de subordinação entre elas.

(iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

As restrições impostas à Companhia e/ou às suas controladas conforme o caso, em relação às emissões de Debêntures e aos passivos de arrendamento descritos no item 2.1(f)(i) acima, no que concerne ao endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, conforme aplicável, estão demonstradas a seguir:

Covenants Financeiros: Há *covenants* financeiros estabelecidos em todas as escrituras de debêntures da Companhia, conforme definido abaixo:

Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado menor ou igual a 3,0x (três vezes) a ser verificado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme aplicável, da Emissora.

EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,0x (duas vezes), a ser verificado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme aplicável, da Emissora.

Para fins dos cálculos dos índices acima indicados

“Dívida Financeira” significa com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Emissora, qualquer valor devido, no Brasil ou no exterior, em decorrência exclusivamente de (i) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras, incluindo arrendamento mercantil (exceto aluguel de imóveis), leasing financeiro, títulos de renda fixa, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares; (ii) aquisições a pagar; (iii) saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos (sendo que o referido saldo será líquido do que já estiver classificado no passivo circulante e no passivo não circulante); (iv) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas

respectivas demonstrações financeiras; e (v) obrigações decorrentes de resgate de valores mobiliários representativos do capital social e pagamento de dividendos ou lucros declarados e não pagos, se aplicável, sendo certo que a Dívida Financeira não considerará passivos referentes a arrendamentos mercantis (aluguel de imóveis);

“Dívida Financeira Líquida” significa com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Emissora, a sua Dívida Financeira deduzida, exclusivamente, do somatório do caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus;

“EBITDA Ajustado” significa com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Emissora relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, exclusivamente, o lucro líquido do período, acrescido dos tributos (correntes e diferidos) sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras, das depreciações, amortizações e exaustões (incluindo despesas de *impairment*), dos juros e multas sobre mensalidades em atraso, das despesas com planos de Opção de Ações, da linha de Outras Despesas e Receitas, e das despesas com M&A, oferta de ações e reestruturações, todos calculados de acordo com as definições do release de resultados da Emissora mais recente, sendo certo que, ademais, o EBITDA Ajustado deverá considerar as despesas com aluguéis pagos;

“Resultado Financeiro Líquido” significa Receitas Financeiras menos (-) Despesas Financeiras;

“Receitas Financeiras” significa o somatório, exclusivamente, dos juros sobre aplicações financeiras, juros sobre empréstimos e mútuos ativos, variações monetárias e cambiais ativas, e receitas relacionadas a hedge/derivativos; e

“Despesas Financeiras” significa o somatório, exclusivamente, dos juros sobre dívidas financeiras, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas, despesas relacionadas a hedge/derivativos, juros ou multas por atraso e/ou não pagamento de obrigações, excluindo juros sobre capital próprio e despesas com aluguéis pagos, sendo certo que, serão expurgados de tal rubrica os efeitos e custos contábeis decorrentes de eventual pré-pagamento (ou amortização) de dívidas de emissão da Companhia nas medições do Índice Financeiro a serem realizadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referente ao exercício social a encerrar em 31 de dezembro de 2025 e nas informações trimestrais consolidadas da Emissora referentes a todos os trimestres de 2025

Em 31 de dezembro de 2025, o índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida financeira líquida ajustada pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 1,99x comparado a 2,59x em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025, o índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão do EBITDA ajustado pelo Resultado Financeiro Líquido atingiu o resultado de 2,66x comparado a 2,04x em 31 de dezembro de 2024.

Ainda, há algumas restrições comuns previstas nas escrituras de emissão das debêntures da Companhia, conforme descritas abaixo e detalhadas no item 12.3 deste Formulário de Referência, além de poderem ser consultadas na íntegra no site de RI da Companhia e no site da CVM:

1. Acarretará no vencimento antecipado de todas as debêntures a declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária, no Brasil ou no exterior, assumidas em quaisquer contratos (inclusive de natureza financeira, local ou internacional), da Companhia e/ou de controladas da Companhia, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, decorrente de empréstimos ou captação de recursos realizada pela Companhia, por quaisquer dos Fiadores no âmbito da Emissão, e/ou por quaisquer de suas respectivas controladas no mercado financeiro ou de capitais no Brasil ou no exterior.
2. É vedada a contratação, pela Companhia, de qualquer nova dívida e/ou obrigação pecuniária, decorrente de empréstimos ou captação de recursos, nos mercados financeiro ou de capitais no Brasil ou no exterior, em valor superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA, exceto por endividamentos sem garantias ou com garantias de qualquer natureza, desde que, em caso de garantia de natureza diversa da Fiança, as respectivas garantias sejam compartilhadas *pari passu* com os Debenturistas por meio de assinatura de contrato de compartilhamento de garantia a ser formalizado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias da celebração do respectivo instrumento de garantia, de tal modo que, observada esta condição, a contratação desse novo endividamento e a constituição das garantias poderão ser formalizados independentemente de anuência prévia dos Debenturistas e do disposto no item (vi) da Cláusula 8.1.2 da Escritura de Emissão, sendo certo, ainda, que, financiamentos cujos recursos sejam especificamente destinados à aquisição de outras sociedades ou ativos e que contem com garantia real sobre as ações/cotas de emissão das referidas sociedades (ou ativos) a serem adquiridos pela Companhia, tal(is) garantia(s) não será(ão) compartilhada(s) com os Debenturistas, podendo beneficiar única e exclusivamente a(s) entidade(s) financiadora(s) da aquisição em questão; Também é vedada a captação de recursos através de empréstimos, financiamentos e debêntures exclusivamente no caso de inadimplência dos Índices Financeiros estipulados nas emissões.
3. Redução do patrimônio líquido ou capital social da Companhia e/ou de suas respectivas Subsidiárias Relevantes, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas, exceto quando a finalidade for a absorção de prejuízos.
4. Reorganizações societárias, exclusivamente no caso em resultem na mudança da situação atual de controle da Companhia ou que possam causar algum Efeito Adverso Relevante (conforme definido nas escrituras).
5. Cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emissora, por qualquer dos Fiadores e/ou por qualquer de suas respectivas Subsidiárias Relevantes, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativos de sua propriedade que possam causar um Efeito Adverso Relevante.

- **Cláusulas de Vencimento Antecipado Cruzado (cross-default ou cross-acceleration)**

As escrituras de emissão das Debêntures da Companhia possuem cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross-default* ou *cross-acceleration*), usualmente previstas em operações financeiras que limitam, dentre outros eventos, a alienação de ativos da Companhia e a alienação/transferência do seu controle societário, conforme abaixo.

Contrato	<i>Cross-Default</i> e/ou <i>Cross-Acceleration</i>	Saldo em 31 de dezembro de 2025 (Em R\$ milhões)	Vencimento Automático ou Não Automático	Se tal sujeição se aplica também a eventual descumprimento de <i>covenant</i> e/ou declaração de vencimento antecipado de dívidas de outras empresas do seu grupo econômico	<i>Covenants</i> (financeiros ou não) que, em caso de descumprimento, podem acionar cláusula de vencimento antecipado
3ª emissão de Debêntures	<i>cross-default</i> e <i>cross-acceleration</i>	502,5	automático e não automático	Aplica-se para a Vitru Educação e suas controladas	Os <i>covenants</i> relevantes a que a Companhia se encontra sujeita estão descritos nos parágrafos precedentes deste item.
5ª emissão de Debêntures	<i>cross-default</i> e <i>cross-acceleration</i>	997,1	automático e não automático		
6ª emissão de Debêntures	<i>cross-default</i> e <i>cross-acceleration</i>	851,1	automático e não automático		

Em 31 de dezembro de 2025, todos os contratos de empréstimo e financiamento (incluindo debêntures) da Companhia e de suas subsidiárias estavam sujeitos a cláusulas de *cross-default* e *cross-acceleration*. Conforme mencionado acima, em 31 de dezembro de 2025, o saldo total de financiamentos e empréstimos da Companhia era de R\$ 2.350,7 milhões. Dessa forma, a ocorrência de um evento de inadimplência sob um desses instrumentos poderia desencadear um evento de inadimplência sob outro endividamento ou permitir que os credores sob outro endividamento acelerassem esse endividamento.

Ademais, a Companhia e Controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos no acima nos termos pactuados.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025, os contratos de financiamento contratados pela Companhia já haviam sido 100% desembolsados.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração do resultado consolidado da Companhia para os períodos indicados:

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2025	AV	31/12/2024	AV	AH
RECEITA LÍQUIDA	2.259,1	100%	2.141,8	100%	5%
Custos dos serviços prestados	(776,3)	-34%	(746,6)	-35%	4%
LUCRO BRUTO	1.482,8	66%	1.395,2	65%	6%
Despesas operacionais	(894,8)	-40%	(947,4)	-44%	-6%
Despesas gerais e administrativas	(257,6)	-11%	(259,7)	-12%	-1%
Despesas com vendas	(408,8)	-18%	(397,7)	-19%	3%
Perdas líquidas por <i>impairment</i> de ativos financeiros	(225,4)	-10%	(232,1)	-11%	-3%
Outras receitas (despesas) líquidas	(3,0)	0%	(57,9)	-3%	-95%
LUCRO OPERACIONAL	588,0	26%	447,7	21%	31%
Resultado financeiro	(326,1)	-14%	(443,7)	-21%	-27%
Receitas financeiras	103,9	5%	57,6	3%	80%
Despesas financeiras	(430,0)	-19%	(501,2)	-23%	-14%
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	261,8	12%	4,1	0%	6.285%
Impostos de renda	108,0	5%	284,7	13%	-83%

Impostos de renda correntes	(52,6)	-2%	(55,9)	-3%	-6%
Impostos de renda diferidos	160,6	5%	340,6	16%	-70%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	369,9	16%	288,8	13%	28%

Receita líquida

A receita líquida para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 2.259,1 milhões, um aumento de R\$ 117,3 milhões, ou 5%, em relação a R\$ 2.141,8 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento foi atribuído principalmente ao aumento na base de alunos, como também ao aumento de outras receitas educacionais, especialmente taxas de requerimento (referentes a serviços acadêmico-administrativos, como emissão de documentos, solicitações de serviços e outros procedimentos acadêmicos).

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 776,3 milhões, um aumento de 4%, em relação a R\$ 746,6 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento foi atribuído principalmente às maiores despesas com infraestrutura educacional, incluindo a contratação de tutores, professores e preceptores para apoiar o novo modelo pedagógico.

Lucro Bruto

Em vista do acima exposto, o lucro bruto do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.482,8 milhões, um aumento de 6% em comparação aos R\$ 1.395,2 milhões em 2024. Esse aumento foi atribuído principalmente ao aumento da receita líquida, conforme indicado acima.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas para 2025 foram de R\$ 257,6 milhões, 1% inferior aos R\$ 259,7 milhões em 2024. Essa pequena variação foi atribuída principalmente à nossa forte otimização de processos administrativos e ganhos de eficiência na estrutura organizacional. O controle dessas despesas reforça a capacidade da Companhia de otimizar custos administrativos mesmo com a expansão das operações, contribuindo para a alavancagem operacional e a manutenção das margens, em linha com a estratégia de crescimento sustentável no longo prazo.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$ 408,8 milhões, um aumento de R\$ 11,1 milhões, ou 3%, em relação ao valor de R\$ 397,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esse

aumento foi atribuído principalmente à estratégia adotada ao longo do ano, que incluiu a contratação de novas agências de marketing e atualização de ferramentas de CRM.

Perdas Líquidas por *Impairment* em Ativos Financeiros

As perdas líquidas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 225,4 milhões, uma redução de R\$ 6,7 milhões, ou 3%, em relação a R\$ 232,1 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa redução foi atribuída principalmente à alteração do reconhecimento da receita dos alunos Uniasselvi em 2024, quando deixamos de reconhecer receita de alunos que haviam assinado o contrato, mas não possuíam engajamento acadêmico. Como os títulos são baixados para perda após 365 dias em aberto, a mudança no reconhecimento de receita em 2024 passou a impactar de forma relevante a rubrica de perdas a partir de 2025.

Outras Receitas (Despesas) Líquidas

A Companhia registrou outras despesas líquidas de R\$ 3,0 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em comparação com R\$ 57,9 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, sendo a principal variação a baixa do intangível de vagas de medicina reconhecido na Combinação de Negócios Unicesumar, concluída em maio de 2022.

Lucro Operacional

Em vista do acima exposto, registramos lucro operacional de R\$ 588,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado ao lucro operacional de R\$ 447,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Este aumento foi atribuído principalmente à redução das despesas operacionais, conforme demonstrado acima.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi uma despesa de R\$ 326,1 milhões, uma redução de R\$ 117,6 milhões, ou 27%, de uma despesa de R\$ 443,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa redução é atribuída principalmente ao aumento da receita de juros sobre aplicações financeiras e à redução de nossas despesas financeiras de juros com debêntures.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras para exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 103,9 milhões, um aumento de R\$ 46,3 milhões, ou 80%, em relação ao valor de R\$ 57,6 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento foi atribuído principalmente aos juros sobre aplicações financeiras.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 430,0 milhões, uma redução de R\$ 71,2 milhões, ou 14%, em relação aos R\$ 501,2 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa redução foi atribuída

principalmente à substituição das debêntures anteriores por novas debêntures com um indexador vinculado menor.

Lucro Antes dos Impostos

Em vista do acima exposto, registramos o lucro antes dos impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 261,8 milhões, um aumento de R\$ 257,7 milhões, ou 6.285%, comparado ao lucro antes dos impostos de R\$ 4,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Impostos de Renda

O imposto de renda para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi um crédito de R\$ 108,0 milhões, uma redução de R\$ 176,7 milhões, ou 62%, de um crédito de R\$ 284,7 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa redução foi atribuída principalmente ao reconhecimento do prejuízo fiscal nos impostos de renda diferidos.

Imposto de Renda Corrente

As despesas de imposto de renda correntes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram uma despesa de R\$ 52,6 milhões, uma redução de R\$ 3,3 milhões, ou 6%, em relação a uma despesa de R\$ 55,9 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa redução foi atribuída principalmente a um lucro tributável menor, devido ao pagamento de juros sobre capital próprio das controladas para a Companhia, prática que não era feita antes de 2025.

Impostos de Renda Diferidos

Os impostos de renda diferidos para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi um crédito de R\$ 160,6 milhões, uma redução de R\$ 180,0 milhões, ou 53%, de um crédito de R\$ 340,6 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa redução foi atribuída principalmente à constituição de imposto de ativo diferido sobre prejuízo fiscal de exercícios anteriores no ano de 2024.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2024	AV	31/12/2023	AV	AH
RECEITA LÍQUIDA	2.141,8	100%	1.962,5	100%	9%
Custos dos serviços prestados	(746,6)	-35%	(669,5)	-34%	12%
LUCRO BRUTO	1.395,2	65%	1.293,0	66%	8%
Despesas operacionais	(947,4)	-44%	(878,1)	-45%	8%
Despesas gerais e administrativas	(259,7)	-12%	(245,7)	-13%	6%
Despesas com vendas	(397,7)	-19%	(360,4)	-18%	10%
Perdas líquidas por <i>impairment</i> de ativos	(232,1)	-11%	(263,5)	-13%	-12%

financeiros					
Outras receitas (despesas) líquidas	(57,9)	-3%	(8,4)	0%	585%
LUCRO OPERACIONAL	447,7	21%	415,0	21%	8%
Resultado financeiro	(443,7)	-21%	(305,1)	-16%	45%
Receitas financeiras	57,6	3%	58,7	3%	-2%
Despesas financeiras	(501,2)	-23%	(363,8)	-19%	38%
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	4,1	0%	109,9	6%	-96%
Impostos de renda	284,7	13%	12,8	1%	2124%
Impostos de renda correntes	(55,9)	-3%	(53,6)	-3%	4%
Impostos de renda diferidos	340,6	16%	66,4	3%	413%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	288,8	13%	122,7	6%	135%

Receita líquida

A receita líquida para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 2.141,8 milhões, um aumento de R\$ 179,3 milhões, ou 9%, em relação a R\$ 1.962,5 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi atribuído, principalmente, a expansão e maturação dos polos da Companhia, como também a um ticket médio consolidado mais elevado.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 746,6 milhões, um aumento de 12%, em relação a R\$ 669,5 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi atribuído principalmente às maiores despesas com infraestrutura educacional, incluindo a contratação de tutores, professores e preceptores para apoiar a expansão dos cursos de enfermagem e medicina. Adicionalmente, o período também foi impactado pela revisão de provisão para contingências, que a partir do 4T24, passaram a refletir a reavaliação periódica de probabilidade de ocorrências dos eventos provisionados, bem como a realocação de tais provisões conforme a origem da demanda deixando de onerar as despesas gerais e administrativas.

Lucro Bruto

Em vista do acima exposto, o lucro bruto do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 1.395,2 milhões, um aumento de 8% em comparação aos R\$ 1.293,0 milhões em 2023. Esse aumento foi atribuído principalmente ao aumento da receita líquida, conforme indicado acima.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas para 2024 foram de R\$ 259,7 milhões, 5,7% superior aos R\$ 245,6 milhões em 2023. Esse aumento foi atribuído principalmente à nossa forte otimização de processos administrativos e ganhos de eficiência na estrutura organizacional. O controle dessas despesas reforça a capacidade da Companhia de otimizar custos

administrativos mesmo com a expansão das operações, contribuindo para a alavancagem operacional e a manutenção das margens, em linha com a estratégia de crescimento sustentável no longo prazo.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$ 397,7 milhões, um aumento de R\$ 37,3 milhões, ou 10,4%, em relação ao valor de R\$ 360,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi atribuído principalmente à estratégia adotada ao longo do ano, que incluiu a contratação de novas agências de marketing, atualização de ferramentas de CRM e pagamento de premiações aos polos, vinculadas ao cumprimento de metas de captação.

Perdas Líquidas por *Impairment* em Ativos Financeiros

As perdas líquidas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 232,1 milhões, uma redução de R\$ 31,4 milhões, ou 12%, em relação a R\$ 263,5 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa redução foi atribuída principalmente à alteração do reconhecimento da receita dos alunos da Uniasselvi em 2024, o que gerou um menor reconhecimento de provisão para perdas.

Outras Receitas (Despesas) Líquidas

A Companhia registrou outras despesas líquidas de R\$ 57,9 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação com R\$ 8,4 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi atribuído principalmente à baixa do ativo intangível relacionado às vagas de medicina, reconhecido na Combinação de Negócios Unicesumar, concluída em maio de 2022.

Lucro Operacional

Em vista do acima exposto, registramos lucro operacional de R\$ 447,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado ao lucro operacional de R\$ 415,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi atribuído principalmente à redução das despesas operacionais, conforme demonstrado acima.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi uma despesa de R\$ 443,7 milhões, um aumento de R\$ 138,6 milhões, ou 45%, de uma despesa de R\$ 305,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi atribuído principalmente ao aumento de nossas despesas financeiras devido ao aumento do indexador da vinculado às debêntures emitidas.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras para exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 57,6 milhões, uma redução de R\$ 1,1 milhões, ou 1,9%, em relação ao valor de R\$ 58,7

milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa redução foi atribuída principalmente a uma redução nos juros recebidos de alunos sobre mensalidades em atraso.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 501,2 milhões, um aumento de R\$ 137,4 milhões, ou 37,8%, em relação aos R\$ 363,8 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi atribuído principalmente ao aumento do indexador da vinculado às debêntures emitidas. Ainda, houve um aumento relacionado a prêmios por antecipação de pagamento de debêntures.

Lucro Antes dos Impostos

Em vista do acima exposto, registramos o lucro antes dos impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 4,1 milhões, uma redução de R\$ 105,7 milhões, ou 96,2%, comparado ao lucro antes dos impostos de R\$ 109,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Impostos de Renda

O imposto de renda para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi um crédito de R\$ 284,7 milhões, um aumento de R\$ 271,9 milhões, ou 2124 %, de um crédito de R\$ 12,8 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi atribuído principalmente ao descrito abaixo.

Imposto de Renda Corrente

As despesas de imposto de renda correntes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram uma despesa de R\$ 55,9 milhões, um aumento de R\$ 2,3 milhões, ou 4,3%, em relação a uma despesa de R\$ 53,6 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi atribuído principalmente a um lucro tributável maior, devido principalmente ao aumento das receitas.

Impostos de Renda Diferidos

Os impostos de renda diferidos para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi um crédito de R\$ 340,6 milhões, um aumento de R\$ 274,2 milhões, ou 413%, de um crédito de R\$ 66,4 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi atribuído principalmente à constituição de imposto de ativo diferido sobre prejuízo fiscal de exercícios anteriores.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	375,0	255,9
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(293,9)	(296,7)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas nas atividades de financiamento	(33,2)	49,4
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	48,0	8,6

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais aumentou 47% para R\$ 375,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em relação ao valor de R\$ 255,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, principalmente devido a melhora na geração de caixa decorrente da redução do contas a receber, devido à melhora nos processos de cobranças, e em salários a pagar devido à redução da quantidade de tutores no EAD da Uniasselvi.

Atividades de Investimento

Os fluxos de caixa líquido aplicados nas atividades de investimento da Companhia, variaram de R\$ 296,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 293,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, principalmente devido à redução com aquisições de imobilizado.

Atividades de Financiamento

Os fluxos de caixa líquido gerados nas atividades de financiamento da Companhia somaram R\$ 33,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$ 49,4 milhões gerados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, principalmente devido às captações líquidas de pagamentos de debêntures realizadas durante o exercício de 2024 terem gerado mais caixa que a renegociação de debêntures em 2025.

Aumento de caixa e equivalentes de caixa

O aumento de caixa e equivalentes de caixa da Companhia somou R\$ 48 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em comparação ao aumento de R\$ 8,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, principalmente devido ao caixa gerado pelas atividades operacionais.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	255,9	244,1
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(296,7)	(806,9)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas nas atividades de financiamento	49,4	540,6
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	8,6	(22,2)

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais aumentou 4,8% para R\$ 255,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em relação ao valor de R\$ 244,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, principalmente devido ao recebimento de reembolsos de despesas pelos vendedores, referentes ao período anterior à combinação de negócios, e do alinhamento da política de pagamento a fornecedores da Unicesumar com as demais empresas do grupo.

Atividades de Investimento

Os fluxos de caixa líquido aplicados nas atividades de investimento da Companhia, variaram de R\$ 806,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 296,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, principalmente devido a pagamentos por aquisições em 2023.

Atividades de Financiamento

Os fluxos de caixa líquido gerados nas atividades de financiamento da Companhia somaram R\$ 49,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação a R\$ 540,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, principalmente devido às captações realizadas durante o exercício de 2024 terem sido utilizadas para pagamento das dívidas pré-existentes.

Aumento de caixa e equivalentes de caixa

O aumento de caixa e equivalentes de caixa da Companhia somou R\$ 8,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação a redução de R\$ 22,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, principalmente devido a redução do caixa aplicado nas atividades de investimento.

2.2 - Resultados operacionais e financeiro

(a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os Diretores da Companhia entendem que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, foi composta, principalmente, por mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada. A Companhia e suas Controladas também geram receita com taxas de estudantes e certas atividades relacionadas à educação.

A receita de mensalidades é reconhecida ao longo do tempo quando os serviços são prestados ao cliente e a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho nos termos do contrato por um valor que reflete a contraprestação a que a Companhia espera ter direito em troca desses serviços. As receitas de mensalidades são reconhecidas líquidas de bolsas de estudo e outros descontos, reembolsos e impostos.

Outras receitas são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que a Companhia espera ter direito em troca do serviço. Outras receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as atividades da Companhia eram exercidas por meio de 3 principais produtos, conforme divulgados em suas demonstrações financeiras dos respectivos exercícios e descritos no item 1.3 deste Formulário de Referência:

- Cursos de graduação a distância – EAD;
- Cursos de graduação presenciais; e
- Cursos de educação continuada.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, segregada pelos segmentos operacionais acima detalhados:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
	R\$	R\$
Cursos de graduação a distância	1.520,9	1.414,5

Cursos de graduação presenciais	482,0	446,2
Cursos de educação continuada	138,9	101,8
Receita operacional líquida	2.141,8	1.962,5

A partir de 2026 (em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025), a Companhia optou por deixar de divulgar a abertura das informações financeiras nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 22 (“**CPC 22**”), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Nesse contexto, a partir da apresentação de informações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia passou a apresentar um único segmento operacional.

Essa decisão foi tomada com o objetivo de refletir de maneira mais precisa a forma como a administração da Companhia monitora e avalia o desempenho das operações. A consolidação desses segmentos visa simplificar a análise dos resultados, manter maior foco na interação entre as áreas e destacar o desempenho consolidado do novo segmento operacional único.

As decisões sobre alocação de recursos e a avaliação do desempenho operacional passaram a ser feitas de forma integrada, considerando toda a operação como um único segmento para fins de análise e reportes financeiros. Essa forma de gestão reflete a visão integrada da administração da Companhia, que adota uma abordagem consolidada para avaliar o desempenho, sem a necessidade de dividir controles ou decisões entre as diferentes modalidades de ensino.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 para o seu segmento operacional único:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025
	R\$
Receita operacional líquida	2.259,1

Receitas de contratos com clientes

A receita do Grupo consiste principalmente em mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada.

A receita de mensalidades é reconhecida ao longo do tempo quando os serviços são prestados ao cliente e o Grupo cumpre sua obrigação de desempenho nos termos do contrato por um valor que reflete a contraprestação a que o Grupo espera ter direito em troca desses serviços. As receitas de mensalidades são reconhecidas líquidas de bolsas de estudo e outros descontos, reembolsos e impostos.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, as operações da Companhia estiveram localizadas no Brasil e, portanto, o resultado de suas operações, como receitas e lucratividade, é afetado (i) pelos desenvolvimentos políticos e econômicos no Brasil; e (ii) pelo efeito que esses fatores têm sobre a disponibilidade de crédito, a renda disponível, as taxas de emprego e os salários médios no Brasil. As operações da Companhia, e a indústria em geral, são particularmente sensíveis às mudanças nas condições econômicas.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas da Companhia não são relevantemente impactadas por taxas de câmbio ou variações de preços de insumos.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, os Diretores entendem que os principais fatores determinantes da receita bruta da Companhia são: (i) o número de alunos matriculados em cada um dos cursos oferecidos, unidades e turnos; (ii) o valor das mensalidades para cada curso, unidade e turno; e (iii) o número de disciplinas ou créditos que o aluno está cursando.

No que diz respeito à inflação, esta afeta de forma relevante as mensalidades cobradas pela Companhia, considerando que historicamente o percentual médio de seu reajuste é calculado com base nos principais índices de inflação do setor e observando o disposto na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, ou pela redução nos descontos oferecidos aos estudantes ao longo do curso. Dessa forma, o poder aquisitivo dos alunos é impactado pela inflação e pelo nível de atividade econômica, podendo afetar a capacidade de pagamento, os índices de evasão, inadimplência e captação de novos alunos, com reflexos diretos na receita líquida.

Ainda, caso a Companhia não consiga mitigar o impacto da inflação em suas bases de custos e despesas, poderá sofrer reduções de suas margens operacionais.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

As variações nas taxas de inflação no Brasil podem impactar de forma relevante o resultado operacional da Companhia, especialmente em razão da estrutura de custos típica do setor educacional, que possui elevada representatividade de despesas com pessoal, tecnologia, marketing e ocupação.

A inflação afeta diretamente despesas com folha de pagamento (corpo docente, tutores e equipe administrativa), encargos trabalhistas e reajustes sindicais, bem como custos com locações, serviços terceirizados, plataformas tecnológicas, licenças de software e investimentos contínuos em infraestrutura física e digital. Caso os reajustes das mensalidades não acompanhem a evolução desses custos, pode haver compressão das margens operacionais.

No que se refere às taxas de juros, alterações na taxa básica de juros influenciam o custo do endividamento da Companhia, podendo elevar as despesas financeiras e reduzir o resultado financeiro. Juros elevados também impactam o ambiente macroeconômico, afetando a decisão de consumo das famílias, o que pode refletir na demanda por cursos.

Com relação à variação cambial, eventuais oscilações do real frente a moedas estrangeiras podem impactar custos relacionados a licenças de softwares, sistemas acadêmicos, serviços de tecnologia e conteúdos educacionais contratados no exterior. Ainda que tais itens não representem a maior parcela dos custos totais, variações abruptas podem gerar pressão adicional sobre as despesas operacionais.

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, mudanças nas práticas contábeis da Companhia que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

2023:

Relatório dos auditores independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023:

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi emitido com a seguinte ênfase:

“Em 22 de março de 2024, emitimos relatório de auditoria sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. e da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. e suas controladas, que ora estão sendo reapresentadas. Chamamos a atenção para a nota explicativa no 2.7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023, que descreve a atualização e reapresentação dessas demonstrações financeiras devido às circunstâncias descritas na referida nota explicativa. Conseqüentemente, emitimos este novo relatório de auditoria, que substitui o anteriormente emitido e, nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e seus valores correspondentes ao exercício anterior foram ajustados de forma retrospectiva. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.”

Comentários da administração da Companhia sobre a ênfase apresentada:

As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 possuem ênfase no relatório do auditor referente à reapresentação ocorrida em 26 de agosto de 2024 (“Demonstrações Financeiras 2023 Reapresentadas”) em razão da reclassificação das debêntures da Unicesumar, que alterou as linhas de financiamentos e empréstimos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Deste modo, para fins de comparabilidade deste Formulário de Referência, utilizamos as informações financeiras das Demonstrações Financeiras 2023 Reapresentadas. Conforme descrito nas notas explicativas 2.7 e 32 das Demonstrações Financeiras 2023 Reapresentadas, em julho de 2024, a Companhia foi questionada sobre o cumprimento de uma cláusula de um contrato de garantia relacionado à sua 1ª emissão de debêntures. Esta cláusula impedia a Unicesumar de realizar a distribuição de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de participação nos lucros sem a prévia aprovação dos debenturistas. Em resposta, em agosto de 2024, a Companhia obteve waiver de todos os debenturistas, ratificando e consentindo todas as

distribuições de dividendos já realizadas. Além disso, para adequar a operação da Companhia, também foi obtido um waiver que ajustou a cláusula mencionada, assegurando que, na data da publicação das Demonstrações Financeiras 2023 Reapresentadas, a Companhia estava em pleno cumprimento de todas as suas obrigações relacionadas à sua 1ª emissão de debêntures. No entanto, nossos auditores independentes, em conformidade com o parágrafo 74 da norma contábil CPC 26 (R1), recomendaram a reclassificação das obrigações da 1ª emissão de debêntures para o curto prazo nas Demonstrações Financeiras 2023 Reapresentadas. É importante ressaltar que as condições de amortização das debêntures permanecem inalteradas, e, conforme mencionado, já houve a aprovação dos debenturistas. Portanto, as condições de amortização das emissões de debêntures da Companhia continuam vigentes e inalteradas.

2024 e 2025:

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram emitidos sem opiniões modificadas e/ou ênfases.

2.4 - Efeitos relevantes nas DFs

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia. Não obstante, conforme descrito no item 1.3 deste Formulário de Referência, a partir de 2026 (em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025), a Companhia optou por deixar de divulgar a abertura das informações financeiras nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 22 (“**CPC 22**”), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Nesse contexto, a partir da apresentação de informações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia passou a apresentar um único segmento operacional.

Essa decisão foi tomada com o objetivo de refletir de maneira mais precisa a forma como a administração da Companhia monitora e avalia o desempenho das operações. A consolidação desses segmentos visa simplificar a análise dos resultados, manter maior foco na interação entre as áreas e destacar o desempenho consolidado do novo segmento operacional único.

As decisões sobre alocação de recursos e a avaliação do desempenho operacional passaram a ser feitas de forma integrada, considerando toda a operação como um único segmento para fins de análise e reportes financeiros. Essa forma de gestão reflete a visão integrada da administração da Companhia, que adota uma abordagem consolidada para avaliar o desempenho, sem a necessidade de dividir controles ou decisões entre as diferentes modalidades de ensino

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição Foco Educacional: Em 1º de abril de 2025, a Companhia adquiriu a empresa Foco Educacional Cursos Ltda., empresa do setor de educação de cursos técnicos no estado de Pernambuco. A aquisição foi no montante de R\$ 300.000,00, sendo que R\$ 150.000,00 foram pagos na data da compra e outros R\$ 150.000,00 serão pagos após a aprovação do credenciamento dos cursos técnicos, conforme previsto em contrato.

Além da aquisição descrita acima e das operações descritas no item 1.12 deste Formulário de Referência, não houve, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico.

(c) Eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16) e EBITDA para fins de Caixa

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“**Resolução CVM 156**”), e consiste no resultado líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social e pelas despesas e custos de depreciação e amortização (“**EBITDA**”). A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida da Companhia. O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, que contribui para demonstrar informações sobre a potencial geração bruta de caixa, ajustado por outros itens, como juros sobre mensalidades pagas em atraso, remuneração baseada em ações, outras receitas (despesas) líquidas, despesas de reestruturação, despesa com fusões e aquisições e ofertas de distribuição de ações. A Margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida da Companhia. O EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16) é calculado pelo EBITDA Ajustado reduzido pelos pagamentos de principal e juros dos arrendamentos. O EBITDA para fins de Caixa é calculado pelo EBITDA Ajustado somado com os efeitos não recorrentes e as provisões e reversões.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16) e o EBITDA para fins de Caixa não são medidas de lucratividade, desempenho financeiro ou liquidez definidas pela BRGAAP nem pelas Normas contábeis IFRS e não devem ser consideradas isoladamente ou como alternativas e/ou substitutas do lucro líquido, do resultado operacional, dos fluxos de caixa, nem como indicadores de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos da Companhia. A Companhia utiliza o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16) e o EBITDA para fins de Caixa como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades.

A Margem EBITDA adotada pela Companhia não possui significado padrão e pode divergir de medidas com nomes similares divulgadas por outras empresas.

O EBITDA Ajustado adotado pela Companhia não possui significado padrão e pode divergir de medidas com nomes similares divulgadas por outras empresas.

A Margem EBITDA Ajustado adotada pela Companhia não possui significado padrão e pode divergir de medidas com nomes similares divulgadas por outras empresas.

O EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16) adotado pela Companhia não possui significado padrão e pode divergir de medidas com nomes similares divulgadas por outras empresas.

O EBITDA para fins de Caixa adotado pela Companhia não possui significado padrão e pode divergir de medidas com nomes similares divulgadas por outras empresas.

Abaixo, apresentamos os valores do **EBITDA, a Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado e EBITDA para fins de Caixa** da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
EBITDA	812,6	664,0	627,6
Margem EBITDA	36,0%	31,0%	32,0%
EBITDA Ajustado	873,7	793,9	720,2
Margem EBITDA Ajustado	38,7%	37,1%	36,8%
EBITDA Ajustado (Ex-IFRS 16)	807,0	734,5	665,6
EBITDA para fins de Caixa	1.041,6	965,3	896,3

Lucro Bruto Ajustado

O Lucro Bruto Ajustado corresponde ao Lucro Bruto do exercício ajustado pela exclusão dos efeitos relacionados a Depreciação e Amortização e as Despesas de Reestruturação.

O Lucro Bruto Ajustado não é uma medição contábil reconhecida pela BRGAAP nem pelas Normais Contábeis IFRS. É utilizada pela Companhia como medida de desempenho financeiro e de liquidez, e é uma medição que não possui significado padrão e outras empresas podem calcular de maneiras diferentes da utilizada pela Companhia, e não deve ser considerada isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

Abaixo, apresentamos os valores do **Lucro Bruto Ajustado** da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

(em R\$ milhões)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Bruto Ajustado	1.581,1	1.477,9	1.379,9

Margem Bruta e Margem Bruta Ajustada

A Margem Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e consiste no resultado da divisão do lucro bruto pela receita líquida da Companhia.

A Margem Bruta e a Margem Bruta Ajustada não são definidas pela BRGAAP nem pelas Normais Contábeis IFRS e não devem ser consideradas isoladamente ou como alternativas e/ou substitutas do lucro líquido, do resultado operacional, dos fluxos de caixa, nem como indicadores de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos da Companhia.

Por ser uma medida não contábil, o significado e metodologia de cálculo do Resultado bruto ajustado não é padronizado e pode não ser diretamente comparável com métricas de nome igual ou similar divulgadas por outras companhias. Potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento em informações não contábeis como um substituto para as medidas contábeis.

Abaixo, apresentamos os valores da **Margem Bruta e Margem Bruta Ajustada** da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Margem Bruta	65,6%	65,1%	65,9%
Margem Bruta Ajustada	70,0%	69,0%	70,3%

Lucro Líquido Ajustado

O Lucro Líquido Ajustado corresponde ao Lucro Líquido do exercício ajustado pela exclusão dos efeitos relacionados aos Gastos com M&A, migração B3, emissões e reestruturações, Plano de remuneração baseado em ações, Amortização de ativos intangíveis provenientes de combinações de negócios, Reconhecimento do prejuízo fiscal de anos anteriores, e Efeitos fiscais correspondentes sobre ajustes.

O Lucro Líquido Ajustado não é uma medição contábil reconhecidas pela BRGAAP nem pelas Normais Contábeis IFRS. É utilizada pela Companhia como medida de desempenho financeiro e de liquidez, e é uma medição que não possui significado padrão e outras empresas podem calcular de maneiras diferentes da utilizada pela Companhia, e não deve ser considerada isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

Abaixo, apresentamos os valores do **Lucro Líquido Ajustado** da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023

(em R\$ milhões)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido Ajustado	483,7	300,0	260,8

Margem Líquida Ajustada

A Margem Líquida Ajustada corresponde à Margem Líquida ajustada pela exclusão dos efeitos decorrentes dos Gastos com M&A, migração B3, emissões e reestruturações, Plano de remuneração baseado em ações, Amortização de ativos intangíveis provenientes de combinações de negócios, Reconhecimento do prejuízo fiscal de anos anteriores e Efeitos fiscais correspondentes sobre ajustes.

A Margem Líquida Ajustada não é uma medição contábil reconhecidas pela BRGAAP nem pelas Normais Contábeis IFRS. É utilizada pela Companhia como medida de desempenho financeiro e de liquidez, e é uma medição que não possui significado padrão e outras empresas podem calcular de maneiras diferentes da utilizada pela Companhia, e não deve ser considerada isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

Abaixo, apresentamos os valores da **Margem Líquida Ajustada** da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023

(em R\$ milhões)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Margem Líquida Ajustada	21,4%	14,0%	13,3%

Dívida Líquida ex-IFRS 16

A Dívida Líquida ex-IFRS 16 considera o total de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e das aplicações financeiras. A Dívida Líquida ex-IFRS 16 desconsidera os saldos de arrendamentos.

A Dívida Líquida ex-IFRS 16 não é uma medição contábil reconhecidas pela BRGAAP pelas Normais Contábeis IFRS. É utilizada pela Companhia como medida de desempenho financeiro e de liquidez, e é uma medição que não possui significado padrão e outras empresas podem calcular de maneiras diferentes da utilizada pela Companhia, e não deve ser considerada isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

Abaixo, apresentamos os valores da **Dívida Líquida ex-IFRS 16** da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

(em R\$ milhões)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Dívida Líquida ex-IFRS16	1.605,3	1.900,1	1.948,5

Alavancagem

A Alavancagem considera a razão entre a Dívida Líquida ao final do período aplicável e o EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16) dos últimos 12 meses do período aplicável. O EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16) é utilizado exclusivamente para calcular a alavancagem da Companhia, sendo que esta é a medida definida nas escrituras das emissões de debêntures para medição dos covenants financeiros.



A Alavancagem não é uma medição contábil reconhecidas pela BRGAAP nem pelas Normais Contábeis IFRS. É utilizada pela Companhia como medida de desempenho financeiro e de liquidez, e é uma medição que não possui significado padrão e outras empresas podem calcular de maneiras diferentes da utilizada pela Companhia, e não deve ser considerada isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

Abaixo, apresentamos os valores da **Alavancagem** da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

(em R\$ milhões)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Alavancagem	1,99x	2,59x	2,93x

Fluxo de Caixa Livre (FCL) e Conversão de Caixa Livre

O Fluxo de Caixa Livre corresponde ao EBITDA Ajustado somado aos efeitos não recorrentes e as provisões e reversões, as variações no capital de giro, ao imposto de renda e contribuição social, aos pagamentos de arrendamentos e das outras atividades operacionais, subtraído do Capex.

A Conversão de Caixa Livre consiste no resultado da divisão do Fluxo de Caixa Livre pelo EBITDA Para Fins de Caixa.

O Fluxo de Caixa Livre e a Conversão de Caixa Livre não são medições contábeis reconhecidas pela BRGAAP nem pelas Normais Contábeis IFRS. São utilizados pela Companhia como medida de desempenho financeiro e de liquidez, e são medições que não possuem significado padrão e outras empresas podem calcular de maneiras diferentes da utilizada pela Companhia, e não devem ser consideradas isoladamente, ou como alternativas ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

Abaixo, apresentamos os valores do **Fluxo de Caixa Livre** e da Conversão de Caixa Livre da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023

(em R\$ milhões)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa Livre	571,3	466,3	368,3
Conversão de Caixa Livre	54,8%	48,3%	41,1%

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16) e EBITDA para fins de caixa

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	369,9	288,8	122,7
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	(108,0)	(284,7)	(12,8)
(+) Resultado financeiro líquido	326,1	443,7	305,1
(+) Depreciação e amortização	224,6	216,2	212,6
EBITDA	812,6	664,0	627,6
Margem EBITDA	36,0%	31,0%	32,0%

(+) Juros sobre mensalidades pagas em atraso	15,5	14,7	24,1
(+) Remuneração baseada em ações	1,4	4,2	(9,4)
(+) Outras receitas (despesas) líquidas	3,0	57,9	8,4
(+) Gastos com M&A, migração B3, emissões e reestruturações	41,2	53,2	69,5
EBITDA Ajustado	873,7	793,9	720,2
Receita Líquida	2.259,1	2.141,8	1.962,5
Margem EBITDA Ajustado	38,7%	37,1%	36,8%
Pagamento de Principal - Arrendamentos	(30,6)	(21,7)	(20,7)
Pagamento de Juros - Arrendamentos	(36,1)	(37,7)	(33,9)
EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)	807,0	734,5	665,6

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
EBITDA Ajustado	873,7	793,9	720,2
Despesas não recorrentes	(41,2)	(53,1)	(81,0)
Provisões e reversões	209,2	224,5	254,0
EBITDA para fins de Caixa	1.041,6	965,3	896,3

Lucro Bruto Ajustado

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Bruto	1.482,8	1.395,1	1.293,0
(+) Depreciação e amortização	80,6	78,8	82,0

(+) Despesas de reestruturação	17,7	4,0	4,9
Lucro Bruto Ajustado	1.581,1	1.477,9	1.379,9

Margem Bruta e Margem Bruta Ajustada

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro bruto	1.482,8	1.395,2	1.293,0
Receita líquida	2.259,1	2.141,8	1.962,5
Margem Bruta	65,6%	65,1%	65,9%
Lucro Bruto Ajustado	1.581,1	1.477,9	1.379,9
Margem Bruta Ajustada	70,0%	69,0%	70,3%

Lucro Líquido Ajustado

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do período	369,9	288,8	122,7
(+) Gastos com M&A, migração B3, emissões e reestruturações	41,2	53,2	69,5
(+) Remuneração baseada em ações	1,4	4,2	(9,4)
(+) Amortização de ativos intangíveis provenientes de combinações de negócios	119,6	181,6	125,7
(-) Reconhecimento do prejuízo fiscal de anos anteriores	-	(151,8)	-
(-) Efeitos fiscais correspondentes sobre ajustes	(48,4)	(76,0)	(63,2)
(+) Juros acumulados sobre contas a pagar a partir da aquisição de subsidiárias	-	-	14,9
Lucro Líquido Ajustado	483,7	300,0	260,2

Margem Líquida Ajustada

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido	369,9	288,8	122,7
Receita Líquida	2.259,1	2.141,8	1.962,5
Margem Líquida	16,4%	13,5%	6,3%
Lucro Líquido Ajustado	483,7	300,0	260,2
Margem Bruta Ajustada	21,4%	14,0%	13,3%

Dívida Líquida ex-IFRS16

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(69,5)	(21,6)	(13,0)
(-) Aplicações financeiras	(675,9)	(429,0)	(220,3)
(+) Empréstimos e financiamentos CP	132,4	14,0	1.505,2
(+) Empréstimos e financiamentos LP	2.218,3	2.336,6	676,6
Dívida Líquida ex-IFRS16	1.605,3	1.900,1	1.948,5

Alavancagem

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Dívida Líquida ex-IFRS16	1.614,4	1.900,1	1.948,5
EBITDA Ajustado (ex-IFRS16)	807,0	734,5	668,6
Alavancagem (Dívida Líquida ex-IFRS 16/EBITDA Ajustado)	1,99x	2,59x	2,93x

Fluxo de Caixa Livre (FCL) e Conversão de Caixa Livre

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
EBITDA Ajustado	873,7	793,9	720,2
Despesas não recorrentes	(41,2)	(53,1)	(81,0)
Provisões e reversões	209,2	224,5	254,0
EBITDA para fins de Caixa	1.041,6	965,3	896,3
Variação no capital de giro	(184,6)	(239,7)	(290,0)
Imposto de renda e contribuição social	(74,4)	(44,8)	(45,1)
Pagamentos de leasing	(66,7)	(59,4)	(56,1)
Outras atividades operacionais	(16,3)	(20,1)	(17)

Fluxo de caixa das operações ajustado	699,7	601,3	490,9
CAPEX	(128,4)	(135,0)	(122,6)
Fluxo de caixa livre	571,3	466,3	368,3
EBITDA Para Fins de Caixa	1.041,6	965,3	896,3
Conversão de Caixa Livre	54,8%	48,3%	41,1%

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16) e EBITDA para fins de Caixa

A administração da Companhia entende que a elaboração e divulgação do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA Ajustado, do EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16) e do EBITDA para fins de Caixa tem o fim de apresentar uma informação adicional e uma medida prática para aferir a sua capacidade de pagamento das dívidas, manutenção de investimentos e capacidade de cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações.

No entanto, o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, o do EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16) e o EBITDA para fins de Caixa apresentam limitações que prejudicam sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, na medida em que não consideram determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que podem afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras e despesas com amortização e depreciação.

Dessa forma, o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16) e o EBITDA para fins de Caixa não devem ser considerados isoladamente, ou como indicadores substitutos para medir lucro operacional ou lucro líquido, tampouco como melhores formas de mensuração da liquidez e do fluxo de caixa das atividades operacionais. O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16) e o EBITDA para fins de Caixa são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados ou revisados.

Margem Bruta e Margem Bruta Ajustada

A administração da Companhia entende que a Margem Bruta e a Margem Bruta Ajustada são divulgadas como informação adicional para a compreensão, pelos investidores, da capacidade da Companhia para reverter sua receita em lucro e a adequação de sua estrutura operacional. Entretanto, a Margem Bruta e a Margem Bruta Ajustada apresentam limitações que prejudicam sua utilização como medida de eficiência da Companhia na medida em que não considera determinados custos e receitas que compõem seu resultado, tais como despesas administrativas ou financeiras e impostos, os quais podem afetar de maneira significativa o resultado da Companhia.

A Margem Bruta e a Margem Bruta Ajustada não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pela BRGAAP nem pelas Normas Contábeis IFRS, não possuindo um significado padrão. Desta forma, outras sociedades podem calcular a Margem Bruta e a Margem Bruta Ajustada de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

A administração da Companhia entende que o Lucro Líquido Ajustado e a Margem Líquida Ajustada são medições não contábeis apropriadas para a melhor compreensão do resultado líquido de nossas operações.

O Lucro Líquido Ajustado e a Margem Líquida Ajustada não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pela BRGAAP nem pelas Normas Contábeis IFRS, não possuindo um significado padrão. Desta forma, outras sociedades podem calcular o Lucro Líquido Ajustado e a Margem Líquida Ajustada de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

Dívida Líquida ex-IFRS 16

A administração da Companhia entende que a medição da Dívida Líquida ex-IFRS 16 é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa, auxiliando na compreensão da sua atual capacidade em assumir novas dívidas e a honrar os compromissos existentes.

A Dívida Líquida ex-IFRS 16 não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pela BRGAAP nem pelas Normas Contábeis IFRS, não possuindo um significado padrão. Desta forma, outras sociedades podem calcular a Dívida Líquida ex-IFRS 16 de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

Alavancagem

A administração da Companhia entende que a medição da Alavancagem permite auxiliar na avaliação da alavancagem e liquidez, por meio da avaliação do endividamento financeiro da Companhia frente ao desempenho operacional registrado pela Companhia nos períodos.

A Alavancagem não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pela BRGAAP nem pelas Normas Contábeis IFRS, não possuindo um significado padrão. Desta forma, outras sociedades podem calcular a razão Dívida Líquida ex-IFRS 16/EBITDA Ajustado de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

Fluxo de Caixa Livre e Conversão de Caixa Livre

A administração da Companhia entende que as medições do Fluxo de Caixa Livre e da Conversão de Caixa Livre permitem auxiliar na avaliação do desempenho da Companhia, pois aferem de forma mais precisa a geração de caixa oriunda do desenvolvimento de suas atividades e investimento.

O Fluxo de Caixa Livre e Conversão de Caixa Livre não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pela BRGAAP nem pelas Normas Contábeis



IFRS, não possuindo um significado padrão. Desta forma, outras sociedades podem calcular o Fluxo de Caixa Livre e a Conversão de Caixa Livre de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

2.6 - Eventos subsequentes as DFs

Reorganização societária – Incorporação da Unicesumar pela Vitru Educação

Em 1 de janeiro de 2026 houve a reorganização societária, compreendendo a incorporação, pela Companhia, da Unicesumar, conforme termos e condições que se encontram abaixo descritos.

As Partes são sociedades integrantes do mesmo grupo econômico, sendo que a Companhia é controladora da Unicesumar, detentora de 103.196.725 (cento e três milhões, cento e noventa e seis mil, setecentas e vinte e cinco) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Cesumar.

A Incorporação foi realizada sem aumento do capital social da Companhia, ou seja, sem diluição de seus atuais acionistas, de forma que, nos termos do artigo 16 da Resolução CVM nº 78, de 29 de março de 2022 (“**Resolução CVM 78**”), não são aplicáveis as obrigações previstas no seu Capítulo III.

A administração entende que a reorganização permite que a Companhia passe a desenvolver diretamente as atividades desenvolvidas atualmente pela Unicesumar, resultando em uma estrutura mais eficiente. Nesse contexto, a operação terá como efeitos a simplificação da estrutura e uma gestão financeira mais eficaz, considerando a consolidação das atividades.

Mudança na Administração – Diretor Presidente (CEO) e Diretoria estatutária

Em 5 de janeiro de 2026 a companhia recebeu a carta de renúncia da Diretora Estatutária de Tecnologia e Transformação. O Conselho de Administração deliberou pela nomeação de gestor interino para a função até a conclusão do processo de sucessão.

Em 4 de fevereiro de 2026 a Companhia inicia um processo de transição da posição de Diretor Presidente (“**CEO**”), como parte de seu plano de sucessão executiva e do aprimoramento contínuo de sua governança corporativa, em conformidade com a legislação vigente e com as melhores práticas de mercado.

O Conselho de Administração aprovou, nesta data, o início do período de transição da posição de CEO, atualmente ocupada por William Matos, para José Aroldo Alves Jr. O processo de transição ocorrerá até 29 de abril de 2026, com o objetivo de garantir uma condução estruturada, assegurando a continuidade estratégica, a preservação do conhecimento institucional e a observância das melhores práticas de governança.

2.7 - Destinação de resultados

	2025	2024	2023
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>A Companhia adota como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar sobre a retenção de parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deve ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração.</p> <p>Nos termos do estatuto social da Companhia, o lucro líquido terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (i) 5,00% para formação de reserva legal, até atingir 20,00% do capital subscrito; (ii) constituição de reserva de contingências, se proposto pela administração e aprovado pela assembleia geral; (iii) pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 1% sobre o saldo do lucro líquido; (iv) reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital, se proposto pela administração e aprovado pela assembleia geral; e (v) o saldo do lucro líquido será objeto de distribuição de dividendos.</p>		
(a)(i) Valores das retenções de lucros	<p>Os valores evidenciados abaixo encontram-se nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os quais serão submetidos à aprovação pelo Conselho de Administração e pelos acionistas da Companhia em assembleia geral ordinária a ser realizada em abril de 2026:</p> <p>Reserva Legal: R\$ 18.494.566,42</p> <p>Reserva Estatutária: R\$ 347.697.848,79</p>	<p>Reserva Legal: R\$ 14.437.577,26</p> <p>Reserva Estatutária: R\$ 271.426.452,39</p>	<p>Reserva Legal: R\$ 6.133.558,09</p> <p>Reserva Estatutária: R\$ 115.310.891,95</p>
(a)(ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>Reserva Legal: 5%</p> <p>Reserva de Lucros Acumulados: 94%</p>	<p>Reserva Legal: 5%</p> <p>Reserva de Lucros Acumulados: 94%</p>	<p>Reserva Legal: 5%</p> <p>Reserva de Lucros Acumulados: 94%</p>
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>O estatuto social da Companhia prevê que os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, quantia equivalente a, no mínimo, 1,00% do lucro líquido anual, calculado sobre o saldo obtido com deduções e acréscimos referentes a reserva legal e/ou eventual reserva para contingências.</p> <p>Além disso, se o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, o excesso pode ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar, mediante proposta da administração e aprovação da assembleia geral.</p>		

<p>(c) Periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais ou em períodos menores, e distribuir dividendos ou constituir reservas com base no lucro apurado nesses balanços, observadas as disposições e limitações legais aplicáveis.</p> <p>Ainda, o Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório para o período em questão.</p>		
<p>(d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p> <p>Não obstante, caso a Companhia esteja inadimplente com obrigações relacionadas às suas Debêntures, a distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio, partes beneficiárias, bonificações em dinheiro e outras remunerações, fica restrita ao mínimo obrigatório em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações. Para mais informações sobre as Debêntures, vide item 12.3 deste Formulário de Referência.</p>		
<p>(e) Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 23 de julho de 2025, foi aprovada a Política de Destinação de Resultados, a qual está disponível no site da CVM e no site de RI da Companhia, através do seguinte link: https://investors.vitru.com.br/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.</p>

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

(iii) Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores esclarecem que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

2.10 - Planos de negócios

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia em ativos imobilizados são destinados principalmente à manutenção e expansão de nossas atividades operacionais, tendo como principal fonte de capital o caixa gerado por nossas operações. Tais investimentos envolvem a abertura de novos polos presenciais, aquisição de bibliografia, ampliação e renovação de laboratórios acadêmicos, salas de aula e investimento em tecnologia de informação, envolvendo desde a aquisição e desenvolvimento de softwares como compra de computadores e outros equipamentos.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, A companhia investiu aproximadamente R\$ 127,9 milhões, R\$ 135,0 milhões e R\$ 122,6 milhões, respectivamente, nas finalidades descritas no parágrafo acima.

Para o ano de 2026, a Companhia espera manter seus investimentos de acordo com o crescimento de seus negócios, com um CAPEX (*Capital Expenditures*) previsto de aproximadamente R\$ 155 milhões, para investimentos tanto em ativo imobilizado quanto em ativos intangíveis, alinhados com a expansão dos negócios, novos polos, infraestrutura, laboratórios e manutenção.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram os empréstimos e financiamentos de terceiros (debêntures), tais como a 3ª, 5ª e 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Companhia e os fluxos de caixa gerados por suas atividades operacionais, conforme descritos no item 2.1(f) acima.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, considerando que, não há a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia e que tenha sido divulgada nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 ou no exercício social corrente.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(ii) Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iv) Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

A Companhia incorpora fatores ambientais, sociais e de governança (ASG) à sua estratégia de negócios, reconhecendo a educação como ferramenta para a transformação e a redução da desigualdade social, favorável à obtenção de melhores oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, ao incremento na renda dos alunos. Nesse contexto, também se destacam oportunidades relacionadas à ampliação do acesso à educação de qualidade, por meio de seu modelo digital e a presença em todos os estados do Brasil.

A Companhia também identifica oportunidades associadas ao fortalecimento de suas práticas de governança, diversidade e integridade, fortalecendo parcerias com entidades públicas e privadas no intuito de causar um impacto positivo na comunidade local.

Essas frentes estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU priorizados pela Companhia, sendo acompanhadas pela alta administração, com foco na geração de valor no curto, médio e longo prazo.



2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Eficiência fiscal decorrente da Incorporação da Unicesumar

Considerando a Incorporação da Unicesumar, conforme descrita no item 1.1 deste Formulário de Referência, a partir do exercício social de 2026 e até a integral utilização, a Companhia passará a amortizar fiscalmente o ágio apurado na Combinação de Negócios Unicesumar (conforme descrita no item 1.1 deste Formulário de Referência) em virtude do evento societário, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, para compensar futuras obrigações fiscais da Companhia.

ANEXO II - PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(Conforme Anexo A da Resolução CVM nº 81/2022)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia apurado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 369.891.328,49.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global de remuneração aos acionistas, proposto pela administração da Companhia, a ser levada para aprovação na Assembleia, somará o valor total de R\$ 3.698.913,28, sendo R\$ 0,025117015 por ação², já considerando as ações emitidas em 15 de abril de 2026 no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações de emissão da Companhia (“re-IPO”) e desconsiderando as ações em tesouraria, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, pagos referente ao total do exercício social de 2025.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A proposta da administração implica na distribuição de 1% lucro líquido apurado, antes da dedução da reserva legal.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável, uma vez que não houve distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores no período.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

(a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Atualmente, o capital social da Companhia é composto por 147.267.232 ações ordinárias (considerando as ações emitidas no âmbito do re-IPO e sem considerar as ações em tesouraria), não havendo ações de outra espécie ou classe.

O valor bruto do dividendo por ação ordinária é de R\$ 0,025117015.

(b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Propõe-se que os dividendos propostos no item “a” acima, sejam pagos em moeda corrente nacional em 18 de junho de 2026.

(c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Os valores declarados como dividendos não estão sujeitos a atualização monetária ou remuneração entre as datas de declaração e de efetivo pagamento.

² A presente Proposta da Administração foi reapresentada, em 23 de abril de 2026, para fins de ajuste do valor por ação de dividendos, sobretudo em função das ações emitidas no re-IPO.

(d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Será considerada como data de declaração dos dividendos a data de realização da Assembleia, que, se realizada em primeira convocação, será 30 de abril de 2026 (data-base).

Assim, caso a assembleia geral ordinária seja realizada em primeira convocação, as ações de emissão da Companhia serão negociadas “*ex-dividendos*” a partir do dia 04 de maio de 2026, inclusive.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

(a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável. Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio.

(b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável. Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

(a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

A Companhia possui somente ações ordinárias. Para fins de cálculo do valor do lucro líquido por ação, consideramos a média ponderada de ações em circulação durante cada exercício social:

	2025(R\$)	2024(R\$)	2023(R\$)
Lucro Líquido por Ação (ON)	2,77*	2,15	0,91

* Este valor não considera as ações emitidas no âmbito do re-IPO.

(b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

A Companhia possui somente ações ordinárias. Para fins de cálculo do valor do dividendo e juros sobre capital próprio por ação, consideramos o número total de ações, excluindo as ações ordinárias da Companhia mantidas em tesouraria ao final dos respectivos exercícios sociais.

Provento	2025(R\$)	2024(R\$)	2023(R\$)
Dividendos (montante total)	3.698.913,28	2.887.515,45	41.226.711,95

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

(a) Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante de R\$18.494.566,42, correspondente a 5% do lucro líquido apurado no exercício, será destinado à constituição da reserva legal da Companhia, em conformidade com a Lei das S.A. e com o Estatuto Social da Companhia.

(b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos do artigo 193 da Lei das S.A., antes de qualquer outra destinação, parcela correspondente a 5% do lucro líquido do exercício deve ser aplicada na constituição da reserva legal (observado o limite de 20% do capital social, na forma da lei).

Adicionalmente, ressalta-se que a reserva legal da Companhia ainda não atingiu o limite de 20% do capital social, de forma que a Companhia necessariamente deve destinar parcela do lucro líquido do exercício para a formação da reserva legal.

Portanto, em conformidade com a Lei das S.A. e com o artigo 27, inciso I do Estatuto Social da Companhia, e observados os critérios acima, deve ser destinado à reserva legal o montante de R\$ 18.494.566,42, conforme indicado no item (a) acima.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

(a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

(b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

(c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

(d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

(e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui ações preferenciais de sua emissão.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

(a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme o artigo 28 do Estatuto Social, o dividendo obrigatório corresponde a 1% do lucro líquido ajustado do exercício, ajustado nos termos do artigo 152, §1º da Lei das S.A.

Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral deverá aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

(b) Informar se ele está sendo pago integralmente

A administração da Companhia está propondo o pagamento integral do dividendo obrigatório referente ao lucro líquido do exercício social de 2025, no valor total de 3.698.913,28, equivalente a 1% do lucro líquido ajustado.

(c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável, considerando que não está sendo proposta a retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

(a) Informar o montante da retenção

(b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

(c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, considerando que não está sendo proposta a retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

(a) Identificar o montante destinado à reserva

(b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

(c) Explicar por que a perda foi considerada provável

(d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, considerando que não está sendo proposta a destinação de resultado para a reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

(a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

(b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, considerando que não está sendo proposta a destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

(a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Conforme o artigo 27, (iv) do Estatuto Social, uma parcela correspondente a até 100% do saldo remanescente, após as dedução da reserva legal e distribuição de dividendos, poderá ser destinado à reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimentos”, cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o seu saldo somado às demais reservas de lucros, exceto as reservas de contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar, não poderá ultrapassar 100% do capital social da Companhia.

(b) Identificar o montante destinado à reserva

A administração da Companhia está propondo a destinação da totalidade do saldo do lucro líquido após a dedução da reserva legal e distribuição de dividendos do exercício social de 2025, no valor total de R\$ 347.697.848,79.

(c) Descrever como o montante foi calculado

A administração esclarece que o montante destinado à Reserva de Investimentos foi calculado após a dedução de 5% do lucro líquido para a reserva legal e distribuição de dividendos de 1% do lucro líquido ajustado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Após referida destinação, o valor total da Reserva de Investimentos é de R\$ 347.697.848,79 milhões e, portanto, inferior ao valor do capital social da Companhia, nesta data.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não aplicável, considerando que não está sendo proposta a retenção de lucro prevista em orçamento de capital.

- (a) **Identificar o montante da retenção**
- (b) **Fornecer cópia do orçamento de capital**

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não aplicável, tendo em vista que não está sendo proposta a destinação de resultados para reserva de incentivos fiscais.

- (a) **Informar o montante destinado à reserva**
- (b) **Explicar a natureza da destinação**

ANEXO III - PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8.1 - Política ou prática de remuneração

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de dezembro de 2023, foi aprovada, dentre outras matérias, a Política de Remuneração da Companhia (“**Política de Remuneração**”).

A Política de Remuneração possui como principais objetivos: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal, quando instalado, e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, estatutários e não estatutários, e os grupos de trabalho com objetivos definidos (“**Beneficiários**”) na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Beneficiários; (iv) refletir os interesses dos acionistas na criação de valor sustentável e de longo prazo; (v) alinhar-se às metas e estratégias de negócios da Companhia; (vi) estabelecer as melhores práticas de mercado; e (vii) representar a visão, missão e valores da Companhia.

A Política de Remuneração descrita neste item 8 poderá ser consultada no site de RI da Companhia (<https://investors.vitru.com.br/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/>) e no site da CVM.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Comitê de Pessoas e ASG, assessorado pela área de Remuneração, Gente & Cultura, encaminha ao Conselho de Administração proposta de remuneração global anual (fixa e variável) dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária, com base em boas práticas de governança do mercado, tendo como foco o segmento de atuação da Companhia. O Conselho de Administração, por sua vez, analisa e avalia a proposta encaminhada e define o limite global anual da remuneração previsto para o exercício social corrente a ser submetido para aprovação da Assembleia Geral, bem como delibera sobre a distribuição individual da remuneração para seus próprios membros, para os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária e para os membros dos Comitês. Por fim, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia é fixada pela Assembleia Geral.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A área de Remuneração, Gente & Cultura é responsável por conduzir a realização de pesquisas de mercado internamente ou com o apoio de consultorias externas especializadas, em periodicidade mínima anual, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Pessoas e ASG, Ambiental, Social e Governança, ou em intervalos menores conforme as necessidades da Companhia e eventuais revisões de políticas, estruturas ou práticas de gestão, de modo a estabelecer a faixa salarial aplicável para os administradores da Companhia (“**Pesquisas de Mercado**”), o que é referendado pelo Comitê de Pessoas e ASG. A recomendação é então submetida para apreciação do Conselho de Administração, a quem cabe realizar a fixação da remuneração individual dos administradores, observado o limite global aprovado em Assembleia Geral.

A utilização das Pesquisas de Mercado para a fixação da remuneração individual, visa garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade da estratégia de remuneração da Companhia. A partir das Pesquisas de Mercado, o Comitê de Pessoas e ASG, assessorados pela área de Remuneração, Gente & Cultura, conforme descrito acima, busca identificar as principais práticas das empresas contempladas pela amostra analisada em relação a cada componentes de remuneração, para garantir que a prática da Companhia se mantenha competitiva e atraente em relação às empresas a ela comparáveis.

A partir dos materiais que lhe são encaminhados em relação às Pesquisas de Mercado e os critérios descritos abaixo, o Conselho de Administração delibera sobre a fixação da remuneração individual buscando compatibilidade com as melhores práticas observadas pelo mercado de atuação da Companhia, a qual deverá contribuir para o estímulo e a retenção de profissionais devidamente qualificados para o desempenho de suas funções, assim como o de atrair novos profissionais sempre que necessário.

Ao fazer suas recomendações para deliberação pelo Conselho de Administração em relação à remuneração global e individual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, e dos Comitês, o Comitê de Pessoas e ASG considera os resultados da Companhia no exercício social anterior, as Pesquisas de Mercado e critérios individuais tais como o desempenho individual de cada membro, as responsabilidades de cada cargo, os riscos de retenção, as habilidades, os conhecimentos, a experiência e o potencial de performance de cada membro. Para o estabelecimento de tal remuneração, o Conselho de Administração poderá requerer a assessoria de empresa especializada.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A remuneração fixa dos administradores é revisada anualmente pelo Conselho de Administração, com auxílio do Comitê de Pessoas e ASG, e pelos acionistas em sede de Assembleia Geral, de forma a mantê-la adequada às práticas de mercado e/ou atualizada monetariamente.

(c) Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Diretoria Estatutária

A remuneração da diretoria estatutária pode ser composta pelos seguintes elementos: (i) Remuneração fixa; (ii) Remuneração variável; (iii) Remuneração baseada em ações; e (iv) Benefícios pós-emprego e motivos pela cessação do cargo.

(i) A remuneração fixa é composta por:

- a. pró-labore mensal fixo, que tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos membros da Diretoria Estatutária, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia; e
- b. benefícios, que visam complementar a remuneração com benefícios de assistência social de forma a dar uma maior segurança e permitir foco no desempenho de suas funções. Os benefícios oferecidos podem ser, mas sem limitação: plano de assistência médica e odontológica, seguro de vida, vale refeição, estacionamento e ajuda de custo.

(ii) A remuneração variável consiste em um bônus (premiação), que tem como objetivo incentivar o alcance dos resultados de curto e médio prazo da Companhia e, quando atribuída, envolverá a fixação de metas periódicas que poderão estar diretamente atreladas ao desempenho financeiro (metas financeiras) e operacional (metas individuais) da Companhia. A remuneração variável é estruturada considerado (a) o atingimento de metas, definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia; e (b) a avaliação individual do Diretor, com base em uma avaliação de meritocracia.

Adicionalmente, conforme descrito no item 8.2 deste Formulário de Referência, a Companhia realizou o pagamento de bônus extraordinários a título de bônus de retenção no exercício social de 2025 e prevê o pagamento de bônus de contratação no exercício de 2026. Esses bônus foram aprovados pelo Conselho de Administração e pagos a determinados diretores estatutários da Companhia.

(iii) A remuneração baseada ou referenciada em ações tem como objetivo (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) promover o alinhamento de interesses de longo prazo entre acionistas e Diretores; (c) reforçar a capacidade da Companhia de atrair, reter e motivar de forma efetiva executivos altamente qualificados; e (d) compartilhar riscos do negócio da Companhia entre acionistas e Diretores. A Companhia possui um plano de incentivo baseado em ações e um plano de opção de compra de ações, conforme descritos no item 8.4 deste

Formulário de Referência.

- (iv) Os **benefícios pós emprego e benefícios motivados pela cessação do cargo** podem ser definidos a critério do Conselho de Administração para pagamento de rescisão e bonificação de saída dos diretores, nos termos descritos na Política de Remuneração e da legislação aplicável.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem apenas **remuneração fixa**, que tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos membros, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento da Companhia. O Presidente do Conselho de Administração poderá receber honorários superiores aos demais conselheiros, em função da maior responsabilidade inerente a seu cargo.

Ainda, os membros efetivos do Conselho de Administração poderão fazer jus a benefícios, tais como, plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida nas condições contratadas pela Companhia.

Os membros independentes do Conselho de Administração não poderão receber direta ou indiretamente nenhuma remuneração da Companhia, além daquela aprovada em Assembleia Geral Ordinária para o exercício da sua função como membro do Conselho de Administração ou como membro dos Comitês, ressalvados proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal não está instalado.

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, farão jus a uma remuneração fixa mensal, cujo montante será definido levando-se em consideração, principalmente, a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a dedicação de tempo esperada do profissional, a experiência e qualificação necessárias ao exercício da função. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Comitês

Os membros independentes do Conselho de Administração que venham a integrar Comitês poderão fazer jus a remuneração adicional pelo exercício do cargo no referido Comitê, conforme definido pelo Conselho de Administração. No entanto, a critério do Conselho de Administração, na data deste Formulário de Referência, os referidos membros não recebem remuneração adicional.

Os membros externos que eventualmente venham a integrar os Comitês farão jus a uma remuneração fixa mensal cujo montante será definido levando-se em consideração, principalmente, a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a dedicação de tempo esperada do profissional, a experiência e qualificação necessárias ao exercício da função.

Os membros não independentes que eventualmente venham a integrar os Comitês não fazem jus ao recebimento de remuneração pelo exercício do cargo no referido Comitê.

- **sua proporção na remuneração total nos três últimos exercícios sociais**

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025	Salário ou pró-labore	Benefícios diretos e indiretos	Participação em comitês	Bônus	Outros valores variáveis	Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	Pós-emprego	Cessaçã o do cargo	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%	0%	N/A	N/A	100%
Diretoria Estatutária	46,6%	5,0%	0%	32,2%	1,7%	14,5%	0%	0%	100%
Diretoria Não Estatutária	49%	9%	0%	27%	0%	15%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitês	0,00%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00 %

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024	Salário ou pró-labore	Benefícios diretos e indiretos	Participação em comitês	Bônus	Outros valores variáveis	Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	Pós-emprego	Cessaçã o do cargo	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%	0%	N/A	N/A	100%
Diretoria Estatutária	34,5%	1,5%	0%	21,5%	0%	2,7%	0%	39,8%	100%
Diretoria Não Estatutária	52,4%	0,9%	0%	34,7%	0%	12,0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitês	0%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Salário ou pró-labore	Benefícios diretos e indiretos	Participação em comitês	Bônus	Outros valores variáveis	Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	Pós-emprego	Cessaçã o do cargo	Total
Conselho de Administração	65,0%	0%	35,0%	0%	0%	0%	N/A	N/A	100%
Diretoria Estatutária	39,4%	0%	0%	54,0%	0%	0%	0%	6,6%	100%
Diretoria Não Estatutária	49,6%	0,8%	0%	30,7%	3,1%	15,8%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitês	0%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, devendo o Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração para seus próprios membros, para os membros da Diretoria e dos membros dos Comitês.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação outras empresas do segmento de atuação voltado a instituições de ensino e o mercado em geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

A remuneração dos Diretores Estatutários sofre reajuste anual de acordo com o disposto na convenção coletiva de trabalho referente a São Paulo, no Estado de São Paulo. Qualquer ajuste de remuneração em patamar superior deve ser aprovado pelo Conselho de Administração. Não obstante, a definição da remuneração da administração obedece ao procedimento descrito nos itens 8.1(b)(i) e (b)(ii) acima.

A revisão da remuneração dos Diretores Não Estatutários pode ocorrer periodicamente e considera múltiplos fatores, incluindo os resultados dos programas de avaliação de desempenho e dos programas de desenvolvimento profissional. O processo também leva em consideração critérios de mérito, evolução de carreira, responsabilidades do cargo, equidade interna e alinhamento às práticas de mercado, observadas por meio de pesquisas de remuneração conduzidas periodicamente pela área de Gente e Cultura, eventualmente com o apoio de consultorias especializadas.

No que tange à remuneração baseada em ações, esta é baseada no conceito de opções de compra de ações e de outorga de ações e, portanto, atrelada ao crescimento do valor de mercado da Companhia, ou seja, à valorização das ações da Companhia no longo prazo.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração variável dos Diretores leva em consideração metas quantitativas e qualitativas, definidas pelo Conselho de Administração, além de avaliações individuais da performance de cada Diretor. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, do total da remuneração variável, o montante equivalente a 90% estava relacionado a indicadores de performance de EBITDA, receita operacional líquida, geração de caixa e investimentos, desempenho do clima organizacional, indicadores de retenção e pontuação da avaliação dos alunos sobre qualidade do atendimento, infraestrutura, material didático e corpo docente. Os 10% restantes estavam atrelados a entregas de projetos internos relacionados ao novo marco regulatório da educação.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável, motivo pelo qual não há qualquer indicador de desempenho da Companhia ou individuais considerados para sua fixação.

Na data deste Formulário de Referência, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, às lideranças da Companhia, incluindo o Diretor Presidente, foram atribuídas metas de clima organizacional e turnover, além de aspectos relacionados ao desempenho financeiro. A Companhia considera a valorização das pessoas e a sustentabilidade financeira como pilares do “Jeito Vitru de Ser e Fazer”. A bonificação das lideranças é proporcional ao atingimento das faixas mínimas dos referidos indicadores. Além das metas citadas, a área de Governança, Riscos e Compliance e área de ASG estiveram engajadas em metas relacionadas ao fortalecimento da estratégia ASG na Companhia, conforme proposta aprovada pelo Comitê de Pessoas e ASG. Entre as atividades, destacam-se: a catalogação das iniciativas ASG promovidas pelas marcas, a emissão da política de sustentabilidade, a elaboração de treinamento, a divulgação de comunicados com pautas ASG, o acompanhamento dos indicadores no portal ASG no site de relações com investidores da Companhia, e o levantamento das emissões de gases de efeito estufa.

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo. Nesse sentido, garante-se uma remuneração fixa e benefícios baseados em parâmetros de mercado, a fim de reter os administradores da Companhia, bem como o pagamento de remuneração variável estimula que sejam alcançadas as metas de desempenho operacional da Companhia traçadas pelo Conselho de Administração.

(iii) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Antes da incorporação da antiga controladora da Companhia, Vitru Limited, 5 (cinco) membros não independentes do Conselho de Administração da Companhia que ocupavam cargos na Vitru Limited tinham a sua remuneração pelo exercício do cargo na Companhia suportada pela Vitru Limited, conforme indicado no subitem “(d)” abaixo e no item 8.19 deste Formulário de Referência.

Os membros do Comitê de Auditoria e demais Comitês de Assessoramento que também sejam membros do Conselho de Administração são remunerados apenas pelo cargo de Conselheiro, não recebendo qualquer remuneração pelo exercício do cargo de membros do Comitê de Auditoria ou demais Comitês, por já serem remunerados por seu cargo no Conselho de Administração.

(d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Determinados colaboradores e administradores da Companhia eram beneficiários de planos de remuneração baseado em ações da Companhia, conforme descrito nos itens 8.4 e 8.19 deste Formulário de Referência, suportado pela antiga controladora, Vitru Limited. Ainda, até



a incorporação da Vitru Limited pela Companhia, os membros do Conselho de Administração da Companhia eram pagos pela Vitru Limited em relação aos cargos que exerciam na Companhia, conforme indicado no subitem “(c)(iii)” acima e no item 8.19 deste Formulário de Referência.

Não há, nesta data, remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

(e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	13,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,00	7,00
Esclarecimento			
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	2.170.761,06	9.006.683	11.177.443,99
Benefícios direto e indireto	0,00	1.182.932	1.182.932
Participações em comitês	1.168.871,34	0,00	1.168.871,34
Outros	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	
Remuneração variável			
Bônus	0,00	6.806.819,20	6.806.819,20
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Bônus de contratação pago a determinados membros da diretoria estatutária.	
Outros			
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00
Cessaç�o do cargo	0,00	0,00	0,00
Baseada em a�oes (incluindo op�oes)	0,00	7.964.447,64	7.964.447,64
Observa�o	O n�mero total de membros e o n�mero de membros remunerados da administra�o foi calculado conforme instru�oes contidas no Of�cio Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	O n�mero total de membros e o n�mero de membros remunerados da administra�o foi calculado conforme instru�oes contidas no Of�cio Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	
Total da remunera�o	3.339.632,40	25.960.881,85	29.300.514,25

Remunera o total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administra�o	Diretoria Estatut�ria	Total
N� total de membros	9,00	5,00	14,00
N� de membros remunerados	3,00	5,00	8,00
Esclarecimento			
Remunera�o fixa anual			
Sal�rio ou pr�-labore	2.294.161,49	11.180.025,46	13.474.186,95
Benef�cios direto e indireto	0,00	1.204.095,22	1.204.095,22
Participa�oes em comit�es	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	
Remuneração variável			
Bônus	0,00	7.726.088,60	7.726.088,60
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	400.000,00	400.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Bônus de retenção pago a determinados membros da diretoria estatutária.	
Outros			
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00
Cessaçãõ do cargo	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.480.503,65	3.480.503,65
Observação	O número total de membros e o número de membros remunerados da administração foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	O número total de membros e o número de membros remunerados da administração foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	
Total da remuneração	2.294.161,49	23.990.712,93	26.284.874,42

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	10,00	4,00	14,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,00	7,00
Esclarecimento			
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	1.505.406,23	8.076.154,64	9.581.560,87
Benefícios direto e indireto	0,00	348.322,64	348.322,64
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	
Remuneração variável			
Bônus	0,00	5.026.570,00	5.026.570,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A		
Outros			

Pós-emprego	0,00	0,00	0,00
Cessaç�o do cargo	0,00	9.323.244,63	9.323.244,63
Baseada em a�oes (incluindo op�oes)	0,00	635.414,41	635.414,41
Observa�o	O n�mero total de membros e o n�mero de membros remunerados da administra�o foi calculado conforme instru�oes contidas no Of�cio Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	O n�mero total de membros e o n�mero de membros remunerados da administra�o foi calculado conforme instru�oes contidas no Of�cio Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	
Total da remunera�o	1.505.406,23	23.409.706,32	24.915.112,55

Remunera o total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administra�o	Diretoria Estatut�ria	Total
N� total de membros	11,00	4,00	15,00
N� de membros remunerados	3,00	4,00	7,00
Esclarecimento			
Remunera�o fixa anual			
Sal�rio ou pr�-labore	927.613,11	9.735.873,53	10.663.486,64
Benef�cios direto e indireto	0,00	0,00	0,00
Participa�oes em comit�s	499.484,00	0,00	499.484,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Descri�o de outras remunera�oes fixas	N/A	N/A	
Remunera�o vari�vel			
B�nus	0,00	13.321.592,64	13.321.592,64
Participa�o de resultados	0,00	0,00	0,00
Participa�o em reuni�es	0,00	0,00	0,00
Comiss�es	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Descri�o de outras remunera�oes vari�veis	N/A		
Outros			
P�s-emprego	0,00	0,00	0,00
Cessa�o do cargo	0,00	1.632.842,61	1.632.842,61
Baseada em a�oes (incluindo op�oes)	0,00	0,00	0,00
Observa�o	O n�mero total de membros e o n�mero de membros remunerados da administra�o foi calculado conforme instru�oes contidas no Of�cio Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	O n�mero total de membros e o n�mero de membros remunerados da administra�o foi calculado conforme instru�oes contidas no Of�cio Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	
Total da remunera�o	1.427.097,11	24.690.308,78	26.117.405,89

8.3 - Remuneração variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	0,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	7,00
Esclarecimento	O Conselho de Administração não faz jus a remuneração variável.			
Em Relação Ao Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	5.445.455,36	0,00	5.445.455,36
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8.168.183,04	0,00	8.168.183,04
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	6.806.819,20	0,00	6.806.819,20
Em Relação À Participação No Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	0,00	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Esclarecimento	O Conselho de Administração não faz jus a remuneração variável.			
Em Relação Ao Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	5.233.245,42	0,00	5.233.245,42
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	7.849.868,13	0,00	7.849.868,13
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	6.541.556,78	0,00	6.541.556,78
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	7.726.088,60	0,00	7.726.088,60
Em Relação À Participação No Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	4,00	0,00	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	O Conselho de Administração não faz jus a remuneração variável.			
Em Relação Ao Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	4.795.127,15	0,00	4.795.127,15
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	7.192.690,72	0,00	7.192.690,72
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	5.993.908,93	0,00	5.993.908,93
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	5.026.570,00	0,00	5.026.570,00
Em Relação À Participação No Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	4,00	0,00	15,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	O Conselho de Administração não faz jus a remuneração variável.			
Em Relação Ao Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	9.297.186,22	0,00	9.297.186,22
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	15.780.872,66	0,00	15.780.872,66
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	13.321.592,61	0,00	13.321.592,61
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	13.321.592,61	0,00	13.321.592,61
Em Relação À Participação No Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia possui dois planos de remuneração baseado em ações, conforme descritos abaixo.

Plano de Incentivo de 2025

A Companhia aprovou, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2025, um plano de incentivo baseado em ações da Companhia (**“Plano de Incentivo”**).

Plano de Opção de 2024

A Companhia aprovou, no exercício de 2024, um Plano de Opção de Compra de Ações (**“Plano de Opção”**) para recepcionar a migração das opções outorgadas no âmbito dos antigos planos de opção de compra de ações da Vitru Limited, sendo eles (i) o Primeiro Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, aprovado pelo Conselho de Administração da Vitru Limited, em 04 de setembro de 2020, (**“1º Plano de Opção de Compra de Ações”**); e (ii) o Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Conselho de Administração da Vitru Limited, em 19 de novembro de 2020 (**“2º Plano de Opção de Compra de Ações”** e, em conjunto com o 1º Plano, os **“Planos Antigos”**). Os Planos Antigos não estão mais vigentes e as opções outorgadas que atualmente vigoram sob a égide do Plano de Opção da Companhia são referenciados em ações da Companhia, não mais da Vitru Limited.

Conforme determinado pelas regras do Comitê de Pronunciamentos Contábeis no Pronunciamento Técnico CPC 10, ainda que os Planos Antigos tenham sido aprovados no nível da Vitru Limited, considerando que as opções foram outorgadas para os colaboradores da Companhia, esta reconheceu as despesas dos Planos em suas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores por ser a entidade tomadora dos serviços prestados por esses colaboradores.

Ainda, a Companhia informa que, no âmbito da reorganização societária do Grupo Vitru, a assembleia geral da Companhia aprovou a incorporação da Vitru Limited e os Planos Antigos foram migrados da Vitru Limited para a Companhia e recepcionados pelo Plano de Opção da Companhia.

(a) Termos e condições gerais

Plano de Incentivo de 2025

O Plano de Incentivo tem como objetivo alinhar os interesses dos participantes com os dos acionistas e incentivar a permanência dos beneficiários na Companhia.

O Plano de Incentivo permite a concessão do direito de receber ações restritas e ações de performance a diretores estatutários, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas, selecionados pelo Conselho de Administração. A aquisição do direito às ações está condicionada ao cumprimento de um período mínimo de permanência, o qual, no caso dos primeiros programas aprovados no nível do Plano de Incentivo, é de até 5 (cinco) anos para as Ações Restritas e até 3 (três) anos para as Ações de Performance, cuja aquisição estará sujeita ainda ao atingimento de metas estabelecidas. Os membros do Conselho de

Administração da Companhia não são elegíveis a participar do Plano de Incentivo, exceto se cumlarem cargo na Diretoria.

A administração do Plano de Incentivo é feita pelo Conselho de Administração, que define critérios, elegibilidade e metas.

O Plano de Incentivo prevê hipóteses de liquidação das ações, ajustes em caso de eventos societários e regras para desligamento dos participantes. Ele permanece vigente até o cumprimento integral dos direitos e obrigações previstos no Plano de Incentivo.

O Plano de Incentivo possui 2 programas, os quais são descritos abaixo:

- **Programa de Outorga de Ações de Performance**

O Programa de Outorga de Ações de Performance (“**PSU**”) tem por objetivo alinhar os interesses de executivos e colaboradores estratégicos à geração de valor sustentável de longo prazo para a Companhia e seus acionistas.

A elegibilidade e as respectivas outorgas são definidas pelo Conselho de Administração, que estabelece, para cada participante, um número-alvo (“**Target**”) de Ações de Performance, sendo que o número efetivo de ações a serem adquiridas pelos participantes poderá variar de 0% a 150% do Target, com base no atingimento de metas de performance fixadas pelo Conselho de Administração. O Target é apurado com base em múltiplos do salário-base ou pró-labore do participante e na média ponderada da cotação das ações de emissão da Companhia nos pregões anteriores à data de outorga, conforme definido em regulamento.

- **Programa de Outorga de Ações Restritas**

O Programa de Outorga de Ações Restritas (“**RSU**”) tem por objetivo alinhar os interesses de executivos e colaboradores estratégicos à criação de valor sustentável de longo prazo para a Companhia e seus acionistas.

As outorgas são aprovadas pelo Conselho de Administração, que define, para cada participante, a quantidade de ações a ser concedida. O número de ações outorgadas é determinado com base em múltiplos do salário-base ou pró-labore do participante e na média ponderada da cotação das ações de emissão da Companhia nos pregões anteriores à data de outorga, conforme critérios estabelecidos no regulamento do plano e no respectivo instrumento de outorga.

Plano de Opção de 2024

O Plano de Opção é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual possui competência para criar diferentes programas, os quais poderão estabelecer, dentre outras matérias, os termos e condições específicos ou complementares ao plano, a quantidade global de opções a serem outorgadas, parâmetros para a seleção de participantes e restrições à transferência de ações adquiridas por meio das opções outorgadas. Além disso, o Conselho de Administração da Companhia possui competência para solucionar eventuais dúvidas de interpretação do plano e/ou programas criados no âmbito do plano e alterar o prazo de exercício das opções outorgadas.

São elegíveis para participar do Plano de Opção os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e os empregados da Companhia e suas Controladas, bem como prestadores de serviços que prestem serviços à Companhia ou suas controladas sem possuir vínculo empregatício ou estatutário com as referidas sociedades. Para fins da seleção de participantes do plano, o Conselho de Administração da Companhia possui dois comitês especiais de assessoramento: (i) o Comitê de Remuneração, responsável por recomendar ao Conselho de Administração da Companhia os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia e de suas controladas, bem como a quantidade de opções a serem outorgadas a cada participante; e (ii) o Comitê da Diretoria, composto por membros da Diretoria da Companhia e/ou de suas controladas, responsável por eleger os participantes que não estão no escopo do Comitê de Remuneração, bem como a quantidade de opções a serem outorgadas a cada um dos participantes eleitos.

As opções são outorgadas pela Companhia mediante a celebração do Contrato de Opção de Compra de Ações celebrado individualmente entre a Companhia e cada participante (“**Contrato de Opção**”). Cada opção outorgada no âmbito do Plano de Opção corresponde ao direito de adquirir 1 (uma) ação de emissão da Companhia. A quantidade total de opções a serem outorgadas no âmbito do Plano de Opção é limitada a 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia, a qualquer momento, em bases totalmente diluídas. Caso ocorra quaisquer alterações no número de ações de emissão da Companhia, incluindo em razão de desdobramento ou grupamento de ações, o Conselho de Administração da Companhia deverá efetuar os ajustes necessários ao número de ações a serem emitidas, sendo certo que, caso a alteração na quantidade de ações seja decorrente de aumento ou redução de capital e/ou recompra de ações, não serão realizados nenhum ajuste no número de ações a serem emitidas.

(b) Data de aprovação e órgão responsável

Plano de Incentivo de 2025

O Plano de Incentivo foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2025.

Plano de Opção de 2024

O Plano de Opção foi aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 19 de abril de 2024.

(c) Número máximo de ações abrangidas

Plano de Incentivo de 2025

O limite máximo de ações que poderão ser entregues no âmbito do Plano de Incentivo é de 5% (cinco por cento) da quantidade total de ações emitidas pela Companhia na data de aprovação do Plano de Incentivo, ressalvados eventuais ajustes a serem realizados em decorrência de bonificações, dividendos pagos em ações, desdobramentos ou grupamentos de ações, conforme previsto no Plano de Incentivo.

Plano de Opção de 2024

O número total de ações que podem ser emitidas no âmbito do Plano de Opção, sob todos os Contratos de Opção, corresponde a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, em bases totalmente diluídas.

(d) Número máximo de opções a serem outorgadas

Plano de Incentivo de 2025

Não aplicável, considerando que não são outorgadas opções de compra de ações no âmbito do Plano de Incentivo, somente ações de emissão da companhia, cuja aquisição será condicionada à permanência e/ou performance.

Plano de Opção de 2024

O número máximo de opções a serem outorgadas está limitado ao número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Opção, conforme descrito no item “(c)” acima. Cada opção de compra de ações conferirá ao participante o direito de subscrever ou adquirir 1 (uma) ação de emissão da Companhia.

(e) Condições de aquisição de ações

Plano de Incentivo de 2025

O Conselho de Administração da Companhia irá definir em cada programa e nos contratos de outorga a serem celebrados com os participantes do Plano de Incentivo os termos e condições para a aquisição do direito dos participantes em relação às ações restritas ou às ações de performance a eles outorgadas. Não obstante, deverão ser observadas as seguintes condições estabelecidas no Plano de Incentivo: (i) os direitos dos participantes em relação às ações restritas somente serão plenamente adquiridas se estes permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de suas controladas até o término do período de carência a ser estabelecido nos programas, o qual é de até 5 anos para o primeiro programa aprovado; e (ii) os direitos dos participantes em relação às ações de performance somente serão plenamente adquiridos (a) se estes permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de suas controladas até o término do período de carência a ser estabelecido no programa, o qual, é de até 3 anos para o primeiro programa; e, *cumulativamente*; (b) caso seja verificado o atingimento das metas de performance a serem fixadas pelo Conselho de Administração no programa, sendo que a quantidade final de ações de performance a que o participante fará jus dependerá do atingimento das metas estabelecidas, podendo variar de 0% a 150% da quantidade alvo outorgada no Contrato de Outorga.

Plano de Opção de 2024

A aquisição das opções de compra pelos participantes é formalizada por meio da celebração de contratos individuais celebrados entre os participantes e a Companhia, sendo certo que o Conselho de Administração da Companhia poderá determinar condições diferenciadas em cada contrato. Cada opção outorgada confere ao participante o direito de adquirir 1 (uma) ação de emissão da Companhia, mediante o pagamento do preço de exercício, que será igual ao preço de emissão ou de aquisição da ação, conforme definido pelo Conselho de Administração

da Companhia. A adesão dos participantes ao plano, formalizada por meio da celebração dos respectivos Contratos de Outorga possui caráter voluntário, não estando os participantes obrigados a adquirir as opções ofertadas.

(f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Incentivo de 2025

Não aplicável, uma vez que no âmbito do Plano de Incentivo são entregues ações aos participantes, mediante o cumprimento das condições estabelecidas, sem desembolso financeiro pelos participantes.

Plano de Opção de 2024

O preço de exercício das opções atualmente vigentes sob o Plano de Opções corresponde ao preço de exercício de USD 16,00 do plano de opções da Vitru Limited (migrado para a Companhia) convertido em Reais pela taxa de câmbio PTAX para a compra de USD/R\$ divulgada pelo Banco Central no dia 19 de março de 2024, o dia anterior à data em que foi realizada a Reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovou o Primeiro Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações, dividido por 4 (quatro).

O preço de exercício das opções das opções vigentes inicialmente em dólares foi definido pelo Conselho de Administração da Companhia com base no preço da ação da Vitru Limited à época das outorgas e deverá ser reduzido pelo valor por ação distribuído a seus acionistas a partir da data de outorga da opção, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio, resgate, redução de capital ou outros eventos definidos pelo Conselho de Administração da Companhia, observada a regra de conversão descrita acima em razão da migração.

(g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Plano de Incentivo de 2025

Sem prejuízo do previsto no item (a), não há prazo de exercício relacionado aos incentivos outorgados, uma vez que as ações deverão ser transferidas automaticamente pela Companhia após a verificação das condições estabelecidas no Plano de Incentivo, nos programas e/ou nos contratos de outorga.

Plano de Opção de 2024

Exceto se previsto de forma diversa no contrato de opção, a regra é de que as opções outorgadas no âmbito do 2º Plano de Opções tornar-se-ão exercíveis, no prazo de 5 (cinco) anos, na seguinte proporção (“**Período de Carência**”): (i) 15% (quinze por cento) das opções tornar-se-ão exercíveis no primeiro aniversário da data de assinatura do Contrato de Opção; (ii) 30% (trinta por cento) das opções tornar-se-ão exercíveis no segundo aniversário da data de assinatura do Contrato de Opção; (iii) 50% (cinquenta por cento) das opções tornar-se-ão exercíveis no terceiro aniversário da data de assinatura do Contrato de Opção; (iv) 70% (setenta por cento) das opções tornar-se-ão exercíveis no quarto aniversário da data de assinatura do Contrato de Opção; e (v) 100% (cem por cento) das opções tornar-se-ão exercíveis no quinto aniversário da data de assinatura do Contrato de Opção.

O participante poderá exercer suas opções que já se tornaram exercíveis conforme o Prazo de Carência, a partir da data em que tais opções se tornarem exercíveis até o sexto aniversário da data de assinatura do Contrato de Opção, após o qual as referidas opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. Tais prazos foram estabelecidos pelo Conselho de Administração da Antiga Controladora a fim de incentivar a retenção e a entrega de resultados pelos participantes em um horizonte de médio a longo prazo.

(h) Forma de liquidação

Plano de Incentivo de 2025

A Companhia transferirá ações mantidas em tesouraria, sem custo para os participantes, desde que cumpridas as condições estabelecidas no plano e nos contratos de outorga, por meio de operação privada conforme a regulamentação aplicável. Alternativamente, o Conselho de Administração pode optar pela liquidação em dinheiro, correspondente ao preço das ações da companhia no momento da liquidação.

Ocorrerá a antecipação do período de carência e a Companhia liquidará em dinheiro todas as Ações Restritas e Ações de Performance no prazo de 60 dias, caso (i) a Companhia realize uma OPA que resulte em mudança em seu controle, seguida por desligamento sem justa causa do participante em até 12 meses; ou (ii) a companhia realize uma OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída da Companhia do segmento do Novo Mercado da B3, sendo que neste segundo caso, caso a Companhia possua ações em tesouraria, a liquidação das Ações de Performance poderá, a critério da Companhia, ser realizada por meio da entrega de ações em tesouraria..

Plano de Opção de 2024

Com o propósito de satisfazer o exercício das opções, a Companhia poderá emitir novas ações ou alienar ações mantidas em tesouraria.

(i) Restrições à transferência das ações

Plano de Incentivo de 2025

O Conselho de Administração tem a prerrogativa de impor restrições adicionais à transferência das ações, conforme definido nos Contratos de Outorga, que podem incluir opções de recompra ou direito de preferência da companhia em caso de venda pelo participante. Em caso de desligamento do participante, as ações ainda não adquiridas são canceladas, a menos que o plano ou o contrato estabeleçam exceções específicas.

Plano de Opção de 2024

Item não aplicável visto que não há previsão de restrições à transferência das ações de emissão da Companhia no âmbito do Plano de Opção.

(j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano de Incentivo de 2025

O Plano de Incentivo entrou em vigor na data de sua aprovação pelos acionistas na Assembleia Geral e permanecerá em vigor até o cumprimento integral dos direitos e obrigações nele previstos. Os direitos outorgados no âmbito do Plano de Incentivo serão automaticamente extintos mediante o distrato dos contratos de outorga a serem celebrados no âmbito do plano e caso a Companhia seja dissolvida, liquidada ou tenha sua falência decretada.

Em caso de reorganização societária, tais como, mas sem limitação, transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, o Conselho de Administração deverá avaliar se será necessário realizar ajustes no Plano de Incentivo, no programa e nos contratos de outorga, de forma a manter o equilíbrio econômico entre as partes. Assim, o Conselho de Administração poderá determinar, a seu critério e sem prejuízo de outras medidas, observados os contratos de outorga já instituídos: (a) a antecipação do período de carência aplicável às ações restritas e ações de performance; ou (b) a liquidação antecipada das ações Restritas e ações de Performance.

Todas as ações outorgadas no âmbito do Plano terão seu período de carência automaticamente antecipado, se as seguintes condições forem verificadas: a concretização de oferta pública de aquisição de ações (“**OPA**”) da Companhia (i) que seja (a) voluntária, para a aquisição do controle, nos termos da regulamentação em vigor; ou (b) obrigatória, em virtude de operação ou operações sucessivas que acarretem na alienação do controle societário da Companhia, nos termos do estatuto social da Companhia e da legislação em vigor (“**Aquisição de Controle**”); e, cumulativamente (ii) em até 12 (doze) meses contados de uma Aquisição de Controle, ocorra o desligamento do participante por iniciativa da Companhia e/ou de suas controladas, desde que sem justa causa. Nesse caso, a Companhia liquidará todas as ações em dinheiro, no prazo de 60 (sessenta) dias após o desligamento do Participante, utilizando o valor por ação praticado na OPA, sendo que o Conselho de Administração deverá determinar a fórmula de cálculo da quantidade de Ações de Performance devida ao Participante vis-à-vis o atingimento da condição de performance até da data da OPA (conforme aplicável).

Caso seja concretizada uma OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída da Companhia do segmento do Novo Mercado da B3, nos termos do estatuto social da Companhia, todas as ações restritas e ações de performance outorgadas no âmbito do Plano de Incentivo terão seu período de carência antecipado e a Companhia liquidará em dinheiro todas as ações restritas e ações de performance no prazo de 60 (sessenta) dias após a consumação da oferta pública, utilizando o valor por ação praticado na OPA, sendo que o Conselho de Administração deverá determinar a forma de cálculo da quantidade de ações de performance devida ao participante vis-à-vis o atingimento da condição de performance. Na iminência da OPA, caso a Companhia possua ações em tesouraria, a liquidação das Ações de Performance poderá, a critério da Companhia, ser realizada por meio da entrega de ações em tesouraria antes da concretização da OPA, de modo que seja possível que o Participante participe da oferta.

Plano de Opção de 2024

O Plano de Opção permanecerá em vigor até decisão em contrário adotada pela Assembleia Geral da Companhia, que poderá, a qualquer tempo, determinar a extinção do plano. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor, anteriormente adquiridas.

(k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de Incentivo de 2025

Em caso de renúncia ou saída a pedido do administrador, ou desligamento pela Companhia sem justa causa, a regra geral é a perda dos direitos não adquiridos, salvo previsão específica no contrato. Caso existam cláusulas diferenciadas nos contratos de outorga individualmente celebrados com os participantes, o Conselho pode permitir a manutenção de uma parte das ações, dependendo do tempo de serviço e do desempenho do participante. Se a saída for negociada e aprovada pelo Conselho, pode haver flexibilização nas regras, mas sem garantia de manutenção dos direitos. Em casos de eventos societários como aquisição de controle ou reorganização societária, o Conselho de Administração poderá prever regras especiais. Em caso de Aquisição de Controle cumulada com o desligamento do administrador dentro de 12 (doze) meses, desde que sem justa causa, a Companhia liquidará todas as ações em dinheiro, no prazo de 60 (sessenta) dias após o desligamento do administrador, utilizando o valor por ação praticado na OPA, sendo que o Conselho de Administração deverá determinar a fórmula de cálculo da quantidade de Ações de Performance devida ao Participante vis-à-vis o atingimento da condição de performance até da data da OPA (conforme aplicável).

Caso seja concretizada uma OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída da Companhia do segmento do Novo Mercado da B3, nos termos do estatuto social da Companhia, todas as ações restritas e ações de performance outorgadas no âmbito do Plano de Incentivo terão seu período de carência antecipado e a Companhia liquidará em dinheiro todas as ações restritas e ações de performance no prazo de 60 (sessenta) dias após a consumação da oferta pública, utilizando o valor por ação praticado na OPA, sendo que o Conselho de Administração deverá determinar a forma de cálculo da quantidade de ações de performance devida ao administrador vis-à-vis o atingimento total ou parcial da condição de performance. Na iminência da OPA, caso a Companhia possua ações em tesouraria, a liquidação das Ações de Performance poderá, a critério da Companhia, ser realizada por meio da entrega de ações em tesouraria antes da concretização da OPA, de modo que seja possível que o Participante participe da oferta.

Plano de Opção de 2024

Caso o participante (i) seja desligado por vontade da Companhia ou de suas controladas, sem Justa Causa, mediante demissão, destituição do cargo ou rescisão antecipada e imotivada do contrato de prestação de serviços pela Companhia ou suas controladas; (ii) se desligue da Companhia ou de suas Controladas, conforme o caso, por vontade própria, mediante pedido de demissão ou renúncia ao cargo ou rescisão unilateral ou antecipada pelo participante do respectivo contrato de prestação de serviços; ou (iii) se desligue da Companhia ou de suas controladas por aposentadoria ou invalidez permanente: (a) as opções que ainda não se tornaram exercíveis na data do desligamento serão consideradas automaticamente extintas,

de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem qualquer indenização e/ou pagamento ao participante; (b) as opções que já se tornaram exercíveis na data do seu desligamento serão mantidas pelo participante e poderão ser exercidas pelo participante em até 60 (sessenta) dias após a data do desligamento, após o qual as referidas opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Caso o participante seja desligado da Companhia ou suas Controladas por vontade desta, com Justa Causa, mediante demissão, destituição, rescisão unilateral ou antecipada do contrato de prestação de serviços pela Companhia: as todas as suas opções, independentemente de terem se tornado exercíveis ou não, na data do seu desligamento, serão consideradas automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem direito a qualquer indenização e/ou pagamento ao participante.

Caso o participante se desligue da Companhia ou de suas Controladas por falecimento: (a) as Opções que ainda não se tornaram exercíveis na data do seu desligamento serão consideradas automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem direito a qualquer indenização e/ou pagamento ao participante; e (b) as que já se tornaram exercíveis na data do seu desligamento serão mantidas pelo participante e poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do participante, conforme aplicável, até o prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que as referidas opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

8.5 - Remuneração baseada em ações (opções de compra de ações)

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	0,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00	0,69%	0,00	0,69%
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração da Companhia não fazem jus à remuneração baseada em ações.			
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEQUENTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	20,05	0,00	20,05
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	0,00	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00	0,69	0,00	0,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração da Companhia não fazem jus à remuneração baseada em ações.			
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEQUENTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	6,39	0,00	6,39
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
--	---------------------------	-----------------------	-----------------	-------

Nº total de membros	10,00	4,00	0,00	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00	0,90	0,00	0,90
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração da Companhia não fazem jus à remuneração baseada em ações.			
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	63,61	0,00	63,61
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	74,82	0,00	74,82

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	4,00	0,00	15,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,50	0,00	2,50
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00	1,10	0,00	1,10
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração da Companhia não fazem jus à remuneração baseada em ações.			
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	77,42	0,00	77,42
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	74,62	0,00	74,62

8.6 - Outorgas: em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Plano de Opção de 2024

Outorgas de opções de compra de ações previstas para o exercício social corrente (2026)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,0	0,00
Data da outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas (A)	0,00	0,00
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga (B)	0,00	0,00
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga (A x B)	0,00	0,00

Outorgas de opções de compra de ações realizadas no exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,0	2,00
Data da outorga	N/A	26/08/2024 18/11/2024
Quantidade de opções outorgadas (A)	0,00	339.804 339.804
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	26/08/2025 – 15% 26/08/2026 – 30% 26/08/2027 – 50% 26/08/2028 – 70% 26/08/2029 – 100% 18/11/2025 – 15% 18/11/2026 – 30% 18/11/2027 – 50% 18/11/2028 – 70% 18/11/2029 – 100%
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	26/08/2030 18/11/2030

Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga (B)	0,00	17,42 20,05
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga (A x B)	0,00	5.919.385,68 6.813.070,20

Outorgas de opções de compra de ações realizadas no exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,0
Data da outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas (A)	0,00	0,00
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga (B)	0,00	0,00
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga (A x B)	0,00	0,00

Outorgas de opções de compra de ações realizadas no exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Data da outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas (A)	0,00	0,00
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga (B)	0,00	0,00
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga (A x B)	0,00	0,00

8.7 - Opções em aberto: em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Plano de Opções de 2024

Opções em aberto ao final do último exercício social (2025) – Plano de Opção de Compra de Ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	237.863 339.804 339.804
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	19/09/2025 26/08/2026 26/08/2027 26/08/2028 26/08/2029 18/11/2026 18/11/2027 18/11/2028 18/11/2029
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	18/09/2026 26/08/2030 18/11/2030
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 20,05
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 20,05
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	N/A	50.970 288.833 288.833
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	19/09/2026 26/08/2030 18/11/2030
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 20,05 R\$ 17,42 R\$ 20,05
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 20,05 R\$ 17,42 R\$ 20,05



Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$1.021.958 R\$5.031.478 R\$ 5.791.101
--	-----	---

8.8 - Opções exercidas e ações entregues: em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - Exercício social encerrado em 31/12/2025 – 1º Plano de Opção de Compra de Ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Número de ações (A)	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício (B)*	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas (C)	0,00	0,00
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas [A x (C-B)]	0,00	0,00

Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - Exercício social encerrado em 31/12/2025– 2º Plano de Opção de Compra de Ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Número de ações (A)	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício (B)*	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas (C)	0,00	0,00
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas [A x (C-B)]	0,00	0,00

Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - Exercício social encerrado em 31/12/2024 – 1º Plano de Opção de Compra de Ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Número de ações (A)	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício (B)*	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas (C)	0,00	0,00
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas [A x (C-B)]	0,00	0,00

Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - Exercício social encerrado em 31/12/2024– 2º Plano de Opção de Compra de Ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Número de ações (A)	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício (B)*	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas (C)	0,00	0,00
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas [A x (C-B)]	0,00	0,00

Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - Exercício social encerrado em 31/12/2023 – 1º Plano de Opção de Compra de Ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Número de ações (A)	0,00	44.182
Preço médio ponderado de exercício (B)*	0,00	R\$ 61,41
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas (C)	0,00	R\$ 105,03
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas [A x (C-B)]	0,00	R\$ 1.927.263,38

Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - Exercício social encerrado em 31/12/2023 – 2º Plano de Opção de Compra de Ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Número de ações (A)	0,00	70.972
Preço médio ponderado de exercício (B)*	0,00	R\$ 82,84
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas (C)	0,00	R\$ 118,99
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas [A x (C-B)]	0,00	R\$ 2.565.610,70

8.9 - Diluição potencial por outorga de ações: em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Nenhuma ação foi outorgada no âmbito do Plano de Incentivo de 2025, nos últimos 3 (três) exercícios sociais. Para o exercício social corrente a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, a Companhia possui a previsão:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,00	0,69%

8.10 - Outorga de ações: em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

A Companhia não possui previsão de outorga de ações para o exercício social corrente. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, a Companhia apresenta abaixo as informações em relação à cada outorga realizada.

Programa de Outorga de Ações de Performance - PSU 2025

Outorga de ações realizada em 29/04/2025:

Programa de Outorga de Ações de Performance - PSU 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	9,00	4,00	13,00
Número de membros remunerados	0,00	2,00	2,00
Data de Outorga	N/A	29/04/2025	
Quantidade de Ações Outorgadas	N/A	120.886 85.829	206.715
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	29/04/2028	
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	6,93	
Multiplicação da quantidade de ações outorgada pelo valor justo das ações na data de outorga	N/A	837.741 594.796	

Outorga de ações realizada em 06/10/2025:

Programa de Outorga de Ações de Performance - PSU 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	9,00	4,00	13,00
Número de membros remunerados	0,00	3,00	3,00
Data de Outorga	N/A	06/10/2025	
Quantidade de Ações Outorgadas	N/A	99.203	
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	06/10/2028	
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	11,29	
Multiplicação da quantidade de ações outorgada pelo valor justo das ações na data de outorga	N/A	1.120.000	

Programa de Outorga de Ações Restritas - RSU 2025

Outorga de ações realizada em 26/08/2025:

Programa de Outorga de Ações Restritas - RSU 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	9,00	4,00	13,00
Número de membros remunerados	0,00	1,00	1,00
Data de Outorga	N/A	26/08/2025	
Quantidade de Ações Outorgadas	N/A	29.696	
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	26/08/2027	
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	13,47	
Multiplificação da quantidade de ações outorgada pelo valor justo das ações na data de outorga	N/A	400.000	

Outorga de ações realizada em 06/10/2025:

Programa de Outorga de Ações Restritas - RSU 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	9,00	4,00	13,00
Número de membros remunerados	0,00	1,00	1,00
Data de Outorga	N/A	06/10/2025	
Quantidade de Ações Outorgadas	N/A	30.706	
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	06/10/2028	
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	11,29	
Multiplificação da quantidade de ações outorgada pelo valor justo das ações na data de outorga	N/A	346.667	

8.11 - Ações entregues

Nenhuma ação foi entregue no âmbito do Plano de Incentivo de 2025, nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

8.12 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:

(a) Modelo de precificação

Plano de Incentivo de Ações 2025

O preço das ações restritas e ações de performance outorgadas no âmbito do Plano de Incentivo corresponde ao valor justo da ação na data de outorga, calculado com base na cotação da ação ordinária da Vitru Educação (VTRU3) nas respectivas datas de outorga.

Esse critério de fixação do preço foi escolhido tendo em vista que o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações (“CPC 10”) determina que a precificação deve ser mensurada na data da outorga. Dessa forma, a mensuração mais comum e confiável para a precificação, considerando que não se trata de um programa de opções nem envolve desempenho de mercado que exija um modelo de precificação, é o fechamento do preço da ação a mercado da Companhia, no qual todo o potencial de retorno e proventos está embutido pela precificação de mercado, representando seu custo amortizado na data em que o direito foi outorgado

Plano de Opções de 2024

A metodologia utilizada pela Companhia para precificação da grande maioria das opções outorgadas sob o Plano de Opção de Compra de Ações é o modelo Black & Scholes. O Black & Scholes é um método de precificação matemática utilizado para determinar o valor justo de uma opção de compra e venda, baseada nas seguintes variáveis: volatilidade, preço da ação subjacente, data de vencimento, preço de exercício, rendimento de dividendos e taxa de juros livre de riscos.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de Incentivo de Ações 2025

Não aplicável, tendo em vista que no Plano de Incentivo não há emissão de opções, trata-se da outorga do direito de receber as ações mediante o cumprimento das regras que conferem esse direito. Assim, os dados relacionados a opções não são necessários, nem aplicáveis, pois não existe um modelo de precificação correspondente em vigor para esses instrumentos, conforme determinado pelo CPC 10.

Plano de Opções de 2024

Preço de exercício: Será determinado com base na cotação, conforme mencionado no item 8.4 deste Formulário de Referência;

Volatilidade média: 52,05% (vide item “d” abaixo);

Prazo de vida média da opção: 2,77 anos. A média apresentada é ponderada pelo *vesting* em aberto, resultando em prazo inferior a 5 anos, vide item 8.7 deste Formulário de Referência;

Dividendos esperados: 0, uma vez que não há expectativa de distribuição de dividendos;

Taxa de juros livre de risco médio: 4,72%;

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Plano de Incentivo de Ações 2025

Não aplicável, tendo em vista que no Plano de Incentivo não há emissão de opções, trata-se da outorga do direito de receber as ações mediante o cumprimento das regras que conferem esse direito. Assim, os dados relacionados a opções não são necessários, nem aplicáveis, pois não existe um modelo de precificação correspondente em vigor para esses instrumentos, conforme determinado pelo CPC 10.

Plano de Opções de 2024

Não foram assumidas premissas para incorporação de exercício antecipado pois a Companhia considera que a probabilidade do exercício antecipado é próxima a zero, uma vez que em caso de desligamento da Companhia, o colaborador não pode realizar o exercício das opções; e, para colaboradores que ainda atuam na Companhia, não é facultada a opção de exercício antecipado das opções.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Plano de Incentivo de Ações 2025

Não aplicável, tendo em vista que no Plano de Incentivo não há emissão de opções, trata-se da outorga do direito de receber as ações mediante o cumprimento das regras que conferem esse direito. Assim, os dados relacionados a opções não são necessários, nem aplicáveis, pois não existe um modelo de precificação correspondente em vigor para esses instrumentos, conforme determinado pelo CPC 10.

Plano de Opções de 2024

Como a Companhia ainda não tem uma base histórica longa da precificação de suas ações, foi analisada a volatilidade histórica dos últimos 5 anos das ações de 4 instituições de ensino no mercado brasileiro e americano e do índice NASDAQ, uma vez que as outorgas vigentes foram realizadas sob os Planos Antigos de sua então controladora, a Vitru Limited.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

8.13 - Participação detidas por órgão

Participação em sociedades: informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Sociedade	Exercício social encerrado em 31/12/2025							
	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal		Total	
	Ações	Bônus de Subscrição	Ações	Bônus de Subscrição	Ações	Bônus de Subscrição	Ações	Bônus de Subscrição
Vitru Educação S.A.	5.305.256	2	972.980	1	0	0	6.278.236	3



8.14. Planos de previdências: em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações

Não aplicável, considerando que, na data deste Formulário de Referência, não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários da Companhia.

8.15 - Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	5,00	4,00	4,00	9,00	10,00	11,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração	9.009.794,53	8.715.590,96	14.393.735,09	795.809,95	529.194,12	493.038,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração	3.032.705,02	1.891.067,12	2.416.278,84	610.560,00	477.687,00	445.050,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração	4.798.142,58	5.852.426,58	6.172.577,19	764.720,49	501.802,08	475.699,04	0,00	0,00	0,00

Observações e esclarecimentos

Diretoria Estatutária		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses.	
31/12/2024	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses.	
31/12/2023	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses.	

Conselho de Administração		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses.	
31/12/2024	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses.	
31/12/2023	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses.	

Conselho Fiscal		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	O Conselho Fiscal não foi instalado.	
31/12/2024	O Conselho Fiscal não foi instalado.	
31/12/2023	O Conselho Fiscal não foi instalado.	

8.16 - Mecanismos de remuneração/indenização

Mecanismos de indenização: escrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Em complemento aos benefícios descritos no quadro 8.1, a Companhia pode oferecer a celebração de contratos de não competição para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções. Tais contratos, quando ofertados, possuem prazo de duração entre 12 e 24 meses e incluem pagamentos parcelados que variam conforme o valor do salário recebido pelo administrador, de modo que a compensação financeira seja compatível com a remuneração ativa exercida pelo administrador no momento da saída. Como contrapartida, o administrador deve assumir restrição em relação a exercer novos cargos ou prestar serviços a empresas no mesmo setor da Companhia no mercado nacional.

Em caso de descumprimento do contrato, a sanção imposta pode contemplar a perda do direito de recebimento das parcelas vincendas a partir da data de infração e multa não compensatória proporcional aos valores vincendos.

Na data deste Formulário de Referência, não há contratos de não competição vigentes celebrados pela Companhia com membros do Conselho de Administração e/ou da Diretoria Estatutária.

8.17 - Percentual partes relacionadas na remuneração

Remuneração de partes relacionadas: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício social corrente 31/12/2026*	0%	0%	N/A
Exercício social findo em 31/12/2025*	0%	0%	N/A
Exercício social findo em 31/12/2024*	0%	0%	N/A
Exercício social findo em 31/12/2023	100%	100%	N/A

* Após a incorporação da Vitru Limited pela Companhia em abril de 2024, a Companhia deixou de ter um acionista controlador.

8.18 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Exercício Social	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
2026	-	-	-	A Companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício
2025	-	-	-	A Companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício
2024	-	-	-	A Companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício
2023	-	-	-	A Companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício

8.19 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Exercício social 2026

A Companhia declarou que não há remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de controladas da Companhia.

Exercício Social 2025

A Companhia declarou que não há remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de controladas da Companhia.

Exercício social 2024

Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 1.505.406,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.505.406,23
Controladas do emissor	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Controladas do emissor	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Especificação das demais remunerações				

Exercício social 2023

Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 1.427.097,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.427.097,11
Controladas do emissor	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Controladas do emissor	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Especificação das demais remunerações				

8.20 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações complementares ao item 8.2

A Companhia esclarece que os montantes totais apresentados no item 8.2 deste Formulário de Referência divergem dos valores apresentados em suas demonstrações contábeis, visto que, em tal documento, se considera a remuneração do pessoal-chave da administração, ao passo que neste Formulário de Referência se considera apenas a remuneração dos membros da administração estatutária da Companhia.

Informações complementares ao item 8.5

Conforme descrito no item 8.4 deste Formulário de Referência, determinados colaboradores da Companhia eram beneficiários dos Planos Antigos da Vitru Limited, antiga controladora da Companhia, os quais foram migrados para a Companhia mediante a aprovação do Plano de Opções. Ademais, por limitação sistêmica e tendo em vista as diferenças entre os planos, no item 8.5 deste Formulário de Referência foram apresentadas informações referentes ao 1º Plano de Opção de Compra de Ações da Vitru Limited e ao 2º Plano de Opção de Compra de Ações da Vitru Limited, de forma consolidada. Dessa forma, a Companhia apresenta, abaixo, as informações do item 8.5 referentes ao (i) Plano de Opções da Companhia (somente para 2024 e 2025); (ii) 1º Plano de Opção de Compra de Ações da Vitru Limited; e (iii) ao 2º Plano de Opção de Compra de Ações da Vitru Limited de forma individualizada:

Plano de Opção de Compra de Ações da Vitru Educação S.A.

Remuneração baseada em ações, sob forma de opções de compra de ações, exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	3,00
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 20,05	R\$ 20,05
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	0,00%	0,00%	0,00%

Remuneração baseada em ações, sob forma de opções de compra de ações, exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	10,00	4,00	14,00

Nº de membros remunerados	0,00	3,00	3,00
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 42,58	R\$ 42,58
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 61,41	R\$ 61,41
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	0,00%	0,1%	0,1%

1º Plano de Opção de Compra de Ações da Vitru Limited

Remuneração baseada em ações, sob forma de opções de compra de ações – exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	11,00	4,00	15,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	2,00
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 42,58	R\$ 42,58
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 61,41	R\$ 61,41
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	0,00%	0,1%	0,1%

2º Plano de Opção de Compra de Ações da Vitru Limited

Remuneração baseada em ações, sob forma de opções de compra de ações – exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	11,00	4,00	15,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	3,00
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 83,48	R\$ 83,48
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 82,84	R\$ 82,84
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	0,00%	1,0%	1,0%



ANEXO IV - INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AOS CARGOS DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência (conforme Anexo C da Resolução CVM nº 80/2022 e artigo 11, inciso I da Resolução CVM nº 81/2022)

7.3 / 7.4 - Composição de administração, conselhos e comitês

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome:	Catherine Howes Coimbra Thome	CPF:	145.979.147-90	Profissão:	Economista	Data de Nascimento:	13/02/1995
Experiência Profissional:	<p>Catherine Howes Coimbra Thome é membro do Conselho de Administração da Companhia, cargo para o qual foi eleita em 19 de setembro de 2024. Além disso, a Sra. Catherine faz parte da equipe da SPX Private Equity Gestão de Recursos Ltda. Anteriormente, atuou por seis anos na Vinci Partners e por um ano na GP Investimentos. Catherine é formada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e CFA® Charterholder.</p> <p>O(A) Sr(a). Catherine Howes Coimbra Thome não esteve sujeita, nos últimos cinco anos qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.</p>						

Órgãos da Administração:

Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	de 29/04/2026	AGO de 2028	Conselho de Administração (Efetivo)	N/A	29/04/2026	Sim	19/09/2024

Nome:	Claudia Jordão Ribeiro Pagnano	CPF:	137.792.458-09	Profissão:	Empresária	Data de Nascimento:	09/07/1967
Experiência Profissional:	<p>Claudia Pagnano é membro independente do Conselho de Administração, cargo que ocupa desde 2 de setembro de 2020. A Sra. Pagnano atua como membro independente da Administração há mais de 8 anos e, atualmente é membro do Conselho de Administração da Brado Logística, empresa que é parte do Grupo COSAN no Brasil. Ela também atua como conselheira de administração na Bold Hospitality empresa que detém as marcas Outback, Abbraccio e Aussie. É membro consultora da Security SA e membro pro bono do Pacto contra a Fome e o desperdício. A Sra. Pagnano coordena a Comissão de Estratégia e Inovação do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e é uma das nove fundadoras da WCD (Women Corporate Directors), Brasil, fundação sem fins lucrativos, que visa aumentar a participação de mulheres em cargos de diretoria. Anteriormente, foi Diretora Executiva da Abrakidabra, Vice-presidente Executiva da Gol Linhas Aéreas, Diretora Geral da Divisão Brasil da Brazil Foods-BRF, Diretora de Marketing e Vice-presidente de Marcas Próprias do Grupo Pão de Açúcar, Diretora de Marketing no BankBoston e Unibanco, Diretora do Negócios de Filmes de Consumo para o Brasil e América Latina, da Eastman Kodak Company e Diretora de Categoria de Marketing na Colgate Palmolive. A Sra. Pagnano é formada em Comunicação e Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing, incluindo cursos de extensão em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e recebeu certificação em Transformação Digital & Inovação pela Universidade da Califórnia, Berkeley em 2018.</p> <p>Claudia Pagnano não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.</p>						

Órgãos da Administração:

Órgão da	Data da	Prazo do	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo	Data de	Foi eleito pelo	Data de início do
----------	---------	----------	-----------------------	------------------	---------	-----------------	-------------------

administração	eleição	mandato	exercido	posse	controlador	primeiro mandato	
Conselho de Administração	de 29/04/2026	AGO de 2028	Conselho de Administração Independente (Efetivo)	N/A	29/04/2026	Sim	22/02/2021

Nome: Edson Gustavo Georgette Peli **CPF:** 306.500.528-03 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 27/12/1981

Experiência Profissional: Edson Gustavo Georgette Peli é o Presidente do Conselho de Administração da Vitru Educação desde 18 de abril de 2024 e membro do Conselho de Administração desde 20 de outubro de 2015. O Sr. Peli também é membro do Conselho de Administração da Rede D'Or São Luiz S.A., da Combio Energia S.A. e da Ri Happy Brinquedos S.A., e é membro suplente do conselho de administração do Madero Indústria e Comércio S.A. O Sr. Peli também foi Diretor Geral do The Carlyle Group em São Paulo, onde ingressou em 2008, concentrando-se em oportunidades de investimento no Brasil e em outros países sul-americanos. O Sr. Peli permaneceu no The Carlyle Group até que suas operações no Brasil foram adquiridas pela SPX Capital em maio de 2021, onde atualmente é sócio. Desde que iniciou sua carreira em private equity em 2008, o Sr. Peli esteve envolvido no investimento e gerenciamento de mais de R\$6 bilhões em investimentos nos setores de saúde, educação, consumo & varejo e energias renováveis. Antes de ingressar no The Carlyle Group, o Sr. Peli trabalhou na área de investment banking no Credit Suisse Brasil S.A., de dezembro de 2004 a fevereiro de 2008, onde esteve envolvido em fusões e aquisições e mercado de capitais, tendo participado de mais de 30 transações em diversos setores. Antes de trabalhar no Credit Suisse Brasil, o Sr. Peli trabalhou na área de análise de risco no Banco Citibank S.A., de fevereiro de 2004 a dezembro de 2004. O Sr. Peli é bacharel em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, com especialização em Finanças Corporativas e Mercado de Capitais pela Universidade do Texas, em Austin.

Edson Gustavo Georgette Peli não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	de 29/04/2026	AGO de 2028	Presidente do Conselho de Administração	N/A	29/04/2026	Sim	18/04/2024

Nome: Felipe Samuel Argalji **CPF:** 124.780.027-01 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 03/06/1987

Experiência Profissional: O Sr. Argalji é membro do Conselho de Administração desde 17 de novembro de 2022, e é Sócio Sênior e membro do Comitê Executivo da Crescera Investimentos, responsável por investimentos no setor de Private Equity em Educação, desde 2009. Foi membro do Comitê de Finanças da Abril Educação e membro do Conselho de Administração da Anima Educação e da Afya Limited. Atualmente também é membro do Conselho da AOVIS Sistemas de Informática S/A (Alura). O Sr. Argalji é bacharel em economia pelo IBMEC.

Felipe Samuel Argalji não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:							
Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2026	AGO de 2028	Conselho de Administração (Efetivo)	N/A	29/04/2026	Sim	30/11/2022

Nome:	Igor Xavier Correia Lima	CPF:	013.240.566-06	Profissão:	Engenheiro	Data de Nascimento:	14/04/1981
Experiência Profissional:	<p>Igor Lima atualmente ocupa posições de conselho na Peers Consulting + Technology, Inspira Rede de Educadores, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e Endowment do ITA. É também conselheiro consultivo da Bizu Space e membro do comitê científico do LIPPE (Laboratório de Políticas Públicas Educacionais). Anteriormente foi conselheiro ou conselheiro consultivo de outras 9 empresas e organizações do terceiro setor. Além de investidor anjo em startups, é mentor e foi embaixador da Endeavor Brasil, foi também sócio da Clave Capital, CEO e um dos criadores do Instituto Sonho Grande (NGO), co-fundador da Mira Educação (Edtech), COO e VP de Integração da Kroton, e consultor da Mckinsey. Formado em engenharia no ITA, com MBA em Kellogg, OPM na Harvard Business School, pós-graduação em Neurociência e Educação, na Escola de Educação da Johns Hopkins University e pós-graduação em Engenharia Biomédica Aplicada na Escola de Engenharia da Johns Hopkins University. Possui certificação CFG e CGE pela Anbima.</p> <p>O Sr. Igor Xavier Correia Lima não esteve sujeito, nos últimos cinco anos qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.</p>						

Órgãos da Administração:							
Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2026	AGO de 2028	Conselho de Administração Independente (Efetivo)	N/A	29/04/2026	Sim	13/02/2025

Nome:	Mariana Moura Wyatt	CPF:	315.989.168-23	Profissão:	Administradora	Data de Nascimento:	03/06/1982
Experiência Profissional:	<p>Mariana Moura Wyatt é sócia e co-fundadora da 23S Capital. Antes da 23S Capital, a Sra. Wyatt trabalhou por quase 10 anos na Temasek, onde foi responsável por investimentos no Brasil. Antes da Temasek, ela trabalhou nos departamentos de investment banking do Goldman Sachs e do Citigroup. Atualmente, é conselheira da Bionexo S.A. e da Clínica SIM Holdings Ltd. (Rede SiMCo) e membro dos comitês executivos da Samedil Serviços de Atendimento Médico S.A. (MedSênior). Também foi membro do comitê financeiro da Zamp S.A. (Burger King do Brasil), do comitê estratégico da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e do comitê de riscos da Superbac Biotechnology Solutions S.A. A Sra. Wyatt é formada em administração de empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas e possui MBA pela Columbia Business School.</p> <p>Mariana Moura não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e as</p>						

penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	de 29/04/2026	AGO de 2028	Conselho de Administração (Efetivo)	N/A	29/04/2026	Sim	10/11/2023

Nome: Rivadávia Correa Drummond De Alvarenga Neto **CPF:** 686.533.286-53 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 15/12/1968

Experiência Profissional: Rivadávia Correa Drummond de Alvarenga Neto é conselheiro independente do Conselho de Administração, cargo que ocupa desde 2 de setembro de 2020. Dr. Drummond é Clinical Associate Professor na W. P. Carey School of Business da Arizona State University (ASU) desde 2018 e vencedor do John W. Teets Outstanding Graduate Teaching Award 2023. Além de suas responsabilidades de ensino, ele foi membro do Conselho da Faculdade e Líder de Conexões Executivas, uma iniciativa que reúne mais de 60 CEOs e alunos de Full Time MBA em tempo integral. Ele também foi um dos líderes responsáveis pela criação do primeiro Mestrado em Inovação nos Estados Unidos, o chamado MSIVD – Masters in Innovation & Venture Development, um programa ministrado em colaboração entre três escolas (the Ira Fulton Schools of Engineering, the Herberger Institute for Design & the Arts, the W P Carey School of Business). Com mais de 35 anos de experiência de ensino, dos quais mais de 25 anos dedicados à educação executiva nas principais escolas de negócios e universidades, o Dr. Drummond ganhou vários prêmios de excelência em ensino e ocupou cargos de C-level como Presidente, CEO, Reitor, Pró-Reitor e Diretor Executivo. Foi eleito Personalidade do Ano em Minas Gerais na área de educação (2013), agraciado com a Medalha de Honra da Inconfidência Mineira e também com a Medalha de Honra ao Mérito do Conselho Federal de Administração. Foi Professor da Fundação Dom Cabral (FDC), Sócio original e membro do Conselho da Ânima Educação (Bolsa de Valores de São Paulo, ANIM3, Brasil), além de Professor Associado Visitante na Universidade Politécnica de Hong Kong e na Universidade de Hong Kong, Hong Kong, SAR, China. Figura também como sócio fundador e Diretor Executivo da Rivadavia & Associados, trabalhando com organizações de classe mundial, como a AstraZeneca, Mayo Clinic, Mastercard, HSBC, Citibank, Bradesco, GM, Eli Lilly, Petrobras, Ford, Bank of the West/BNP Paribas, Nissan e IBM, entre outros. O Dr. Drummond fez pós-doutorado e foi pesquisador visitante na Universidade de Toronto, Canadá, em 2009. Ele possui (1) doutorado em Ciência da Informação, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no qual teve sua Tese de Doutorado indicada ao prêmio “Melhor Tese Brasileira na Área”, (2) mestrado em Ciência da Informação, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), (3) MBA em Negócios Internacionais, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e (4) bacharelado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Concluiu programas executivos na Harvard Business School e na D. School da Universidade de Stanford. Seu último livro “Fazendo a Inovação Acontecer” foi publicado no Brasil e figura entre os livros de negócios mais vendidos desde 2018. É também autor de outros livros publicados nacionalmente. Atualmente é Membro Independente do Conselho de Administração da Vitru (B3 – Novo Mercado), atuando como Líder do Comitê Acadêmico e Inovação, além de membro dos seguintes comitês: (a) Financeiro, Tributário e de Investimentos; e (b) Pessoas e ASG. Um mentor para fundadores e executivos de alto escalão, o Dr. Drummond é altamente requisitado para palestras e outras apresentações. Ele viveu e trabalhou no exterior na Ásia, Europa, América do Sul e América do Norte. Quanto ao trabalho voluntário e social, o Dr. Drummond também é um Conselheiro/Mentor da Orquestra OVO (Núcleo de Educação Cidadã), uma ONG criada para proporcionar educação musical para jovens músicos pobres e aspirantes que não são atendidos pelas escolas tradicionais no Brasil.

Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	de 29/04/2026	AGO de 2028	Conselho de Administração (Efetivo)	N/A	29/04/2026	Sim	22/02/2021

Nome: William Victor Kendrick De Matos Silva **CPF:** 030.605.399-36 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 12/01/1980

Experiência Profissional: William Victor Kendrick de Matos Silva é CEO da Vitru Educação, cargo que ocupa desde 06 de setembro de 2022. O Sr. Kendrick de Matos Silva é o ex-Diretor de Ensino a Distância da Unicesumar. O Sr. Kendrick de Matos Silva é mestre em gestão de políticas públicas pela Universidade do Vale do Itajaí e bacharel em fisioterapia pelo Centro Universitário de Maringá. O Sr. Kendrick de Matos Silva também é administrador das sociedades controladas da Companhia...

William Victor Kendrick de Matos Silva não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	de 29/04/2026	AGO de 2028	Conselho de Administração (Efetivo)	N/A	29/04/2026	Sim	29/04/2026

Nome: Wilson De Matos Silva **CPF:** 013.439.989-72 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 09/09/1947

Experiência Profissional: Wilson de Matos Silva é membro do nosso Conselho de Administração desde 20 de maio de 2022. O Sr. Wilson Matos é o fundador e ex-reitor da Unicesumar e, atualmente, ocupa o cargo de Chanceler da Unicesumar. Também é fundador do grupo educacional Colégio Objetivo – Unidade Maringá. Anteriormente, o Sr. Wilson Matos foi Professor Universitário da Universidade Estadual de Maringá-PR e da Universidade Paranaense. O Sr. Wilson Matos é graduado em Matemática pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Cálculo Avançado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Mestre em Ciências Gerenciais, pela Universidade de Marília-SP.

O Sr. Wilson De Matos Silva não esteve sujeito, nos últimos cinco anos qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da	Data da	Prazo do	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro	Data de	Foi eleito pelo	Data de início do
----------	---------	----------	-----------------------	--------------------	---------	-----------------	-------------------

administração	eleição	mandato	cargo/função	posse	controlador	primeiro mandato	
Conselho de Administração	29/04/2026	AGO de 2028	Vice-Presidente do Conselho de Administração	Membro Acadêmico e Comitê de Inovação	29/04/2026	Sim	20/05/2022

7.5 - Relações familiares

Administrador do emissor ou controlada				
Nome				
WILLIAM VICTOR KENDRICK DE MATOS SILVA				
Cargo	CPF	Passaporte	CNPJ	Nacionalidade
Diretor Presidente	030.605.399-36	N/A	20.512.706/0001-40	Brasileiro(a)
Nome empresarial do emissor ou controlada		Tipo de parentesco com o administrador		
VITRU EDUCAÇÃO S.A.		-		
Pessoa relacionada				
Nome				
WESLEY KENDRICK SILVA				
Cargo	CPF	Passaporte	CNPJ	Nacionalidade
Membro do Conselho da Administração	019.157.689-18	N/A	20.512.706/0001-40	Brasileiro(a)
Nome empresarial do emissor ou controlada		Tipo de parentesco com o administrador		
VITRU EDUCAÇÃO S.A.		Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)		
Observação				
N/A				

Administrador do emissor ou controlada				
Nome				
WILSON DE MATOS SILVA				
Cargo	CPF	Passaporte	CNPJ	Nacionalidade
Vice-Presidente do Conselho da Administração	013.439.989-72	N/A	20.512.706/0001-40	Brasileiro(a)
Nome empresarial do emissor ou controlada		Tipo de parentesco com o administrador		
VITRU EDUCAÇÃO S.A.		-		
Pessoa relacionada				
Nome				
WILLIAM VICTOR KENDRICK DE MATOS SILVA				
Cargo	CPF	Passaporte	CNPJ	Nacionalidade
Diretor Presidente	030.605.399-36	N/A	20.512.706/0001-40	Brasileiro(a)

Nome empresarial do emissor ou controlada		Tipo de parentesco com o administrador		
VITRU EDUCAÇÃO S.A.		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)		
Observação				
N/A				
Administrador do emissor ou controlada				
Nome				
WILSON DE MATOS SILVA				
Cargo	CPF	Passaporte	CNPJ	Nacionalidade
Vice-Presidente do Conselho da Administração	013.439.989-72	N/A	20.512.706/0001-40	Brasileiro(a)
Nome empresarial do emissor ou controlada		Tipo de parentesco com o administrador		
VITRU EDUCAÇÃO S.A.		-		
Pessoa relacionada				
Nome				
WESLEY KENDRICK SILVA				
Cargo	CPF	Passaporte	CNPJ	Nacionalidade
Membro do Conselho da Administração	019.157.689-18	N/A	20.512.706/0001-40	Brasileiro(a)
Nome empresarial do emissor ou controlada		Tipo de parentesco com o administrador		
VITRU EDUCAÇÃO S.A.		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)		
Observação				
N/A				

7.6 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2024			
Administrador do Emissor			
MARIANA MOURA WYATT	315.989.168-23	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileira	
Pessoa Relacionada			
VITRU LIMITED	38.306.209/0001-50		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileira	
Observações			
N/A			
Administrador do Emissor			
RIVADÁVIA CORREA DRUMMOND DE ALVARENGA NETO	686.533.286-53	Subordinação	Controlador Direto
Membro Independente do Conselho de Administração	N/A	Brasileira	
Pessoa Relacionada			
VITRU LIMITED	38.306.209/0001-50		
Brasileira			
Observações			
N/A			
Administrador do Emissor			
WESLEY KENDRICK SILVA	019.157.689-18	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileira	

Pessoa Relacionada

VITRU LIMITED 38.306.209/0001-50
Membro do Conselho de Administração N/A Brasileira

Observações

N/A

Administrador do Emissor

WILLIAM VICTOR KENDRICK DE MATOS SILVA 030.605.399-36 Subordinação Controlador Direto
Diretor Presidente N/A Brasileira

Pessoa Relacionada

VITRU LIMITED 38.306.209/0001-50
Diretor Presidente N/A Brasileira

Observações

N/A

Administrador do Emissor

WILSON DE MATOS SILVA 013.439.989-72 Subordinação Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração N/A Brasileira

Pessoa Relacionada

VITRU LIMITED 38.306.209/0001-50
Vice-Presidente do Conselho de Administração N/A Brasileira

Observações

N/A

Exercício Social 31/12/2023**Administrador do Emissor**

CLAUDIA JORDÃO RIBEIRO PAGNANO 137.792.458-09 Subordinação Controlador Direto
Membro Independente do Conselho de Administração N/A Brasileira

Pessoa Relacionada

VITRU LIMITED 38.306.209/0001-50

Membro Independente do Conselho de Administração N/A

Brasileira

Observações

N/A

Administrador do Emissor

EDSON GUSTAVO GEORGETTE PELI 306.500.528-03

Subordinação

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração N/A

Brasileira

Pessoa Relacionada

VITRU LIMITED 38.306.209/0001-50

Membro do Conselho de Administração N/A

Brasileira

Observações

N/A

Administrador do Emissor

FELIPE SAMUEL ARGALJI 124.780.027-01

Subordinação

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração N/A

Brasileira

Pessoa Relacionada

VITRU LIMITED 38.306.209/0001-50

Membro do Conselho de Administração N/A

Brasileira

Observações

N/A

Administrador do Emissor

MARIANA MOURA WYATT 315.989.168-23

Subordinação

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração N/A

Brasileira

Pessoa Relacionada

VITRU LIMITED 38.306.209/0001-50

Membro do Conselho de Administração N/A Brasileira

Observações

N/A

Administrador do Emissor

RIVADÁVIA CORREA DRUMMOND DE 686.533.286-53 Subordinação Controlador Direto
ALVARENGA NETO

Membro Independente do Conselho de Administração N/A Brasileira

Pessoa Relacionada

VITRU LIMITED 38.306.209/0001-50

Membro Independente do Conselho de Administração N/A Brasileira

Observações

N/A

Administrador do Emissor

WESLEY KENDRICK SILVA 019.157.689-18 Subordinação Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração N/A Brasileira

Pessoa Relacionada

VITRU LIMITED 38.306.209/0001-50

Membro do Conselho de Administração N/A Brasileira

Observações

N/A

Administrador do Emissor

WILLIAM VICTOR KENDRICK DE MATOS 030.605.399-36 Subordinação Controlador Direto
SILVA

Diretor Presidente N/A Brasileira

Pessoa Relacionada

VITRU LIMITED 38.306.209/0001-50

Diretor Presidente

N/A

Brasileira

Observações

N/A

Administrador do Emissor

WILSON DE MATOS SILVA

013.439.989-72

Subordinação

Controlador Direto

Vice-Presidente do Conselho de Administração

N/A

Brasileira

Pessoa Relacionada

VITRU LIMITED

38.306.209/0001-50

Vice-Presidente do Conselho de Administração

N/A

Brasileira

Observações

N/A
